

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

**FELIPE DE JESUS COSTA ROCHA**

**AS FICHAS DE CONSULENTES DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO  
MARANHÃO E SUAS MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES DE USO**

São Luís

2019

**FELIPE DE JESUS COSTA ROCHA**

**AS FICHAS DE CONSULENTES DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO  
MARANHÃO E SUAS MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES DE USO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao curso de Graduação em  
Biblioteconomia da Universidade Federal  
do Maranhão (UFMA), para obtenção do  
título de bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Cláudia Maria  
Pinho de Abreu Pecegueiro

São Luís

2019

**FELIPE DE JESUS COSTA ROCHA**

**AS FICHAS DE CONSULENTES DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO  
MARANHÃO E SUAS MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES DE USO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao curso de Graduação em  
Biblioteconomia da Universidade Federal  
do Maranhão (UFMA), para obtenção do  
título de bacharel em Biblioteconomia.

Aprovado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Cláudia Maria Pinho de Abreu Pecegueiro (Orientadora)**  
Doutora em Ciência da Educação  
Universidade Federal do Maranhão

---

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Dirlene dos Santos Barros**  
Doutora em Ciência da Informação  
Universidade Federal do Maranhão

---

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Raimunda de Jesus Araújo Ribeiro**  
Doutora em Multimídia da Educação  
Universidade Federal do Maranhão

Rocha, Felipe de Jesus Costa.

As fichas de consulentes do arquivo público do estado do Maranhão e suas múltiplas possibilidades de uso / Felipe de Jesus Costa Rocha. 2019.

83 f.

Orientadora: Cláudia Maria Pinho de Abreu Pecegueiro.  
Monografia (Graduação) – Curso de Biblioteconomia,  
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

1. Ficha de consulente. 2. Arquivo Público do Estado do Maranhão. 3. Gestão de Arquivos. 4. Estudo de usuários. I. Pecegueiro, Cláudia Maria Pinho de Abreu. II. Título.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por me ter dado o dom da vida, ter me conduzido pelo caminho do bem e por permitir que todos os dias esteja a minha família unida, além de conduzir boas pessoas ao meu caminho;

Agradeço à Universidade Federal do Maranhão e ao Governo Federal por proporcionar à população, o acesso à educação superior gratuita e de qualidade, que assim nunca deixe de ser;

A todo o corpo docente do Departamento de Biblioteconomia por auxiliar na minha formação profissional.

Aos membros da banca pela oportunidade, em especial, à orientadora Prof. Dra. Cláudia Pecegueiro, pelo compromisso, atenção e paciência;

Aos meus familiares, principalmente, aos meus pais, Terezinha de Jesus Costa Rocha e Antônio Carlos Silva Rocha, pelos incansáveis esforços para garantir uma educação de qualidade, crescimento moral e espiritual; às minhas irmãs que sempre estiveram presente, me incentivando em todos os momentos e dando forças para continuar;

Aos amigos e colegas de Curso que estiveram sempre ajudando uns aos outros nos momentos morosos da Graduação;

Agradeço, também, aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Maranhão, em especial, às pessoas de Conceição de Maria, Silvânia Garcês e Maria Helena Espínola, que proporcionaram vivência durante o estágio não obrigatório, pela troca de experiências e a permissão e ajuda para a coleta de informações para a construção deste trabalho de conclusão de curso.

## RESUMO

Estuda a ficha de consulente do Arquivo Público do Estado do Maranhão e suas múltiplas possibilidades e uso. Objetiva analisar as fichas de consulente do Arquivo Público do Estado do Maranhão de forma a identificar como elas têm contribuído para a instituição em diferentes contextos de uso. Reflete sobre o percurso histórico dos arquivos, fundamentos e princípios, assim como a gestão de arquivos e os usuários da informação. Caracteriza-se, metodologicamente, como estudo de caso que contou com o aparato das pesquisas: bibliográfica; documental, realizada em documentos e nas fichas de consulentes da instituição; e de campo com aplicação de entrevista estruturada e conversas informais com funcionários do Arquivo Público do Estado do Maranhão. Pontua como evidências identificadas a partir da pesquisa que: o Arquivo Público do Estado do Maranhão é um agente ativo na preservação da história do Maranhão, e na pesquisa histórica; maior parte dos usuários do Arquivo Público do Estado do Maranhão são estudante que objetivam a coleta de informações para a produção de trabalhos acadêmicos; as fichas de consulente são instrumentos de gestão que coletam informações do perfil dos usuários para orientar as atividades da Unidade de Informação. O uso das fichas de consulentes está atrelado ao processo de produção de instrumentos de recuperação da informação; as fichas exercem o papel de controle no manuseio para a segurança do acervo; o Arquivo Público do Estado do Maranhão utiliza as fichas de consulentes para traçar o perfil dos usuários e identificar suas demandas informacionais; os usuários têm dificuldades na resposta dos elementos que compõe a ficha de consulentes; os elementos que compõem a ficha de consulentes do Arquivo Público do Estado do Maranhão são pouco claros, e possibilitam a interpretações equivocadas quanto ao seu preenchimento; as fichas de consulentes podem identificar o atendimento às necessidades informacionais dos usuários; e podem mensurar a satisfação do usuário pela qualidade no atendimento que lhe é oferecido.

**Palavras-chave:** Ficha de consulente. Arquivo Público do Estado do Maranhão. Gestão de Arquivos. Estudo de usuários.

## **ABSTRACT**

It studies the consultant form of the Public Archive of the State Maranhão and its multiple possibilities and use. It aims to analyze the records of the Public Archive of the State of Maranhão in order to identify how they have contributed to the institution in different contexts of use. It reflects on the historical course of archives, foundations and principles, as well as archive management and information users. Methodologically, it is characterized as a case study that included the research apparatus: bibliographic; made in documents and in the consultant's records of the institution; and field with application of structured interview and informal conversations with employees of the Public Archive of the State of Maranhão. Points out as evidence identified from the research that: the Public Archive of the State of Maranhão is an active agent in preserving the history of Maranhão, and in historical research; Most users of the Public Archive of the State of Maranhão are students who aim to collect information for the production of academic works; Consultant forms are management tools that collect user profile information to guide the activities of the Information Unit. The use of consultant files is linked to the process of producing information retrieval instruments; tokens play a controlling role in handling the security of the collection; The Public Archive of the State of Maranhão uses consultant files to profile users and identify their informational demands; users have difficulty in answering the elements that make up the queries form; The elements that make up the file of consultants of the Public Archive of the State of Maranhão are unclear, and make possible misinterpretations as to its completion; Consultant forms can identify meeting the information needs of users; and can measure user satisfaction by the quality of care offered to them.

**Keywords:** Consultant form. Public Archive of the State of Maranhão. File Management. User study.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição das fichas por ano (1999-2018)	44
Gráfico 2 – Quantitativo mensal de fichas em 2018	45
Gráfico 3 – Categoria profissional	46
Gráfico 4 – Estudantes	46
Gráfico 5 – Instituições	48
Gráfico 6 – Instituições de ensino	48
Gráfico 7 – Procedência das pesquisas	49
Gráfico 8 – Fontes pesquisadas em 2018	50



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Ficha de análise e triangulação dos dados	32
Quadro 2 – Objetivos das pesquisas	52
Quadro 3 – Assuntos das pesquisas	53
Quadro 4 –Ficha de análise os elementos das fichas de consulentes elaboradas pelo APEM	57
Quadro 5 – Ficha de análise de evidências coletadas	61
Quadro 6 – Comparativo de itens o modelo 5 e o modelo proposto para ficha	67

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Processo de pesquisa em estudo de caso	28
Figura 2 – Organograma do APEM	41
Figura 3 – Proposta para a ficha de consulente	65

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2</b>	<b>CONTEXTUALIZANDO ARQUIVOS</b> .....	17
<b>2.1</b>	<b>Percurso histórico</b> .....	17
<b>2.2</b>	<b>A produção periódica em arquivologia no Brasil:os usuários em estudo</b>	21
<b>2.4</b>	<b>Estudos de usuários: uma estratégia para a gestão de arquivos</b> .....	23
<b>3</b>	<b>PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	28
<b>3.1</b>	<b>Identificação do caso estudado</b> .....	28
<b>3.2</b>	<b>Etapas do estudo de caso</b> .....	30
3.2.1	Pesquisa bibliográfica.....	30
3.2.2	Pesquisa documental.....	30
3.2.3	Entrevista .....	31
<b>4</b>	<b>AMBIENTE E CONTEXTO DE ESTUDO</b> .....	33
<b>4.1</b>	<b>Perspectivas históricas e institucional</b> .....	33
4.1.1	Setor de Avulsos .....	41
4.1.2	Setor de Códices .....	41
4.1.3	Laboratório de restauração.....	42
<b>4.2</b>	<b>Perspectiva do usuário</b> .....	43
4.2.1	Quanto ao perfil .....	45
4.2.2	Quanto à necessidade informacional.....	49
<b>5</b>	<b>ANÁLISE DAS EVIDÊNCIAS E INSUMOS PARA UMA NOVA PROPOSTA</b>	55
<b>5.1</b>	<b>A ficha de consulentes do APEM</b> .....	55
<b>5.2</b>	<b>Análise das evidencias</b> .....	60
<b>5.3</b>	<b>Possibilidades de utilização da ficha de consulentes: uma proposta de atualização do modelo vigente</b> .....	64
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	69
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	72
	<b>APÊNDICE A – Questionário aplicado à Maria Helena Espínola</b> .....	77

_____	APÊNDICE B – Proposta de Ficha de Consulente .....	78
_____	ANEXO A – Ficha de consulentes Modelo 1, frente e verso .....	79
_____	ANEXO B – Ficha de consulentes Modelo 2, frente .....	80
_____	ANEXO C – Ficha de consulentes Modelo 2, costa.....	81
_____	ANEXO D – Ficha de consulentes Modelo 3 .....	82
_____	ANEXO E – Ficha de consulentes Modelo 5.....	83

## 1 INTRODUÇÃO

No decorrer dos anos, a arquivística, seus princípios e técnicas foram desenvolvidos de forma a preservar e organizar o patrimônio documental garantindo assim o registro das ações humanas, tanto para suas necessidades emergentes quanto para a perpetuação de sua história.

No século XX, o conceito de Arquivo envolvia alguns elementos de definição que abrangem, conforme Schellenberg (1973), fatores concretos: estrutura física dos arquivos, fonte e local de conservação; e fatores abstratos: razão da produção e guarda, valores de preservação e custódia.

Nessa perspectiva, os estudos arquivísticos não levavam em consideração seus usuários de forma aprofundada. Neste tocante, Jardim (1999) apresenta que a teoria em arquivologia teria dois objetos de conhecimento, os arquivos e a arquivística.

Cunha e Cavalcanti (2008, p. 24) definem arquivo como: “Conjunto de documentos, quais quer que sejam suas datas, suas formas, e seus suportes físicos, produzidos ou recebidos por pessoa física ou jurídica, ou por instituição pública ou privada, em decorrência de suas atividades”. Sob esta definição, nota-se que os documentos, como um todo, podem ser agrupados de diversas formas relacionadas de acordo com seus aspectos, quer sejam, datas, formas, suportes ou origem.

Neste contexto, a Arquivística, ao longo dos anos, desenvolveu, princípios e técnicas que regulamentam o processo organizacional dos arquivos, que por sua vez, distinguem-se tipologicamente em arquivos correntes, intermediários e permanentes acompanhando o ciclo vital dos documentos.

Os arquivos correntes são correspondentes aos documentos de fase corrente, que estão em contato mais próximo de quem os utiliza desde sua emissão (ROUSSEAU; COUTURE, 1998). Exigem, portanto, o acesso imediato e constante do utilizador e são indispensáveis para o cotidiano tanto das pessoas quanto das organizações. Uma foto, uma identidade, um trabalho escolar dentre outros são alguns exemplos destes desde o que o definem enquanto arquivo corrente é o seu valor primário sendo assim, os arquivos correntes localizam-se em computadores, escrivaninhas, em pastas de fácil acesso.

O arquivo intermediário define-se por acolher os documentos que ainda atentem ao seu objetivo primário, no entanto, não são utilizados com frequência. Conforme menciona Rousseau e Couture (1998, p. 115), “Os documentos

semiactivos devem sempre responder aos objetos da sua criação, mas a baixa frequência da sua utilização não justifica uma conservação próxima do utilizador ou em memória de computador”. Normalmente as organizações se valem de arquivos intermediários, ou contratam outras organizações terceirizadas para se incumbirem da gestão destes arquivos.

Na fase intermediária é correto afirmar haver a gestão de arquivo pois é necessário um controle rigoroso de instrumentos e técnicas para o acolhimento, organização e eventual solicitação dos documentos para o cumprimento de suas devidas utilidades legais, uma gestão ativa.

Após a fase intermediária delimitada e comprovada mediante a tabela de temporalidade<sup>1</sup>, os documentos podem ter dois destinos, a inatividade e iminente eliminação, quando sua utilidade é dispensável aos interesses tanto de seu utilizador quanto para a organização detentora e para a sociedade; ou ingressam para a fase guarda permanente.

O arquivo permanente, este por sua vez trata dos arquivos que perderam sua função primária, porém desempenham um valor secundário. Na assertiva de Schellemborg, os arquivos permanentes são considerados como:

Os documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente (SCHELLENBERG, 1973, p. 19).

Nesta fase, não é tecnicamente adequado mencionar haver a gestão de documentos, pois os eles, mesmo que solicitados, não devem retornar para o status de intermediário. Segundo Rousseau e Couture (1998, p. 117) “[...] o valor secundário define-se como sendo a qualidade do documento baseada nas utilizações não imediatas ou científicas [...]”, ou seja, os documentos na fase permanente possuem, no geral, valor que não o de origem, mas servem para registro quer seja social, histórico, cultural ou qualquer outro que justifique sua guarda permanente.

A partir da definição apresentada por Shellenberg, sendo evidenciada a finalidade de referência e de pesquisa que é atribuída aos documentos, observa-se

---

<sup>1</sup> Instrumento de gestão que agrupa as regras de conservação adotados por uma organização ou um Estado e que permite difundir-las, aplicá-las ou fazê-las aplicar, administrá-las e controlá-las (ROUFUN, 1998, Apud CUNHA; CAVALCANTI, 2008 P. 353)

que, a existência dos arquivos, sob a perspectiva moderna, volta-se também para quem utiliza a informação, ou seja, os usuários.

A integração entre os arquivos por meio da gestão, e os usuários, é demonstrada de forma crescente, conforme a literatura em arquivística apresenta.

No que tange ao estudo de usuário, no Arquivo Público do Estado do Maranhão, a expectativa de tempo e de representatividade institucional tem sido superada, pois o interesse em conhecer o usuário tem tomado espaço dentro desta instituição de forma a orientar os processos internos da organização. A esse exemplo, o cenário se configura a partir da utilização da ficha de consulente, instrumento aplicado aos usuários do arquivo com o objetivo de coletar informações destes para que a organização tome conhecimento de suas necessidades informacionais.

As fichas de consulentes foram implantadas no APEM a partir do ano de 1978 durante a gestão de Maria do Rosário Aquino Mattos, diretora do Arquivo, com o passar dos anos a ficha manteve inserida no contexto organizacional do arquivo, embora, a proposta da ficha sofresse, ao longo do tempo, uma série de mudanças, inclusões e exclusões dos itens que a constituía.

O usuário no APEM tem sido objeto de investigações acadêmicas. Dentre as pesquisas já realizadas tendo o APEM como ambiente de estudo e que se fazem relevantes a esta pesquisa destacam-se as pesquisas de Espínola (2004), Barros e Sousa (2007), e Barros (2008):

Espínola (2004) estudou a contribuição do APEM para o desenvolvimento da pesquisa científica, utilizou uma abordagem quantitativa, em um recorte temporal entre 1999-2003. Nesta pesquisa, foram analisadas 323 fichas de consulentes e aplicado um questionário a 20 usuários que em termos gerais buscou identificar a satisfação destes quanto ao uso do espaço e acervo.

Barros e Sousa (2007, p. 10) abordaram, em sua monografia, a perspectiva do arquivo como espaço de memória para a pesquisa histórica adotando uma abordagem qualitativa, onde buscaram “[...] analisar o arquivo como um espaço de referência para a pesquisa histórica [...]”. Tratou-se de uma pesquisa teórico-descritiva. Aplicaram entrevista ao Sr. Moisés da Costa Silva, Diretor do APEM de abril de 2003 a janeiro de 2007, e à Sra. Maria Helena Pereira Espínola, analisando-as de forma qualitativa. Além disto, foram avaliadas fichas de consulentes correspondentes ao ano de 2005 para complemento da pesquisa.

Barros (2008) estudou o comportamento informacional dos usuários do Arquivo, sob o viés metacognitivo no momento da busca da informação, tomando como fundamento o modelo de análise de David Ellis (1989) que consisti no processo de iniciar, encadear, navegar, diferenciar, monitorar, extrair, verificar, finalizar. Em outras palavras, a autora buscou avaliar o comportamento informacional em termos metacognitivos a partir de relatos orais de 14 pesquisadores do APEM, além de também de serem analisadas fichas de consulentes correspondentes ao ano 2007.

A escolha o referente tema se deu mediante experiências de atuação profissional no campo de estágio não obrigatório viabilizado pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Ao longo do curso teve-se a oportunidade de estagiar em dois ambientes, o primeiro no arquivo da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA) entre os anos de 2014-2016, um arquivo de caráter corrente de uma instituição privada, onde teve-se um contato direto, mesmo que intimidado, com as técnicas e métodos de arquivamento e organização em arquivo. No segundo ambiente de estágio, na biblioteca do Arquivo Público do Estado do Maranhão dentre os anos de 2016-2018, instituição pública vinculada à Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão (SECMA), distinta como um arquivo permanente e histórico. Neste segundo ambiente de estágio, se construiu as primeiras ideias da pesquisa.

Um outro fator determinante para a escolha do tema em questão foi motivado através da academia, onde por meio das disciplinas Arquivística e Planejamento em Unidades de Informação, utilizou-se o APEM como campo para pesquisas e desenvolvimento de trabalhos acadêmicos.

Mediante tais vivências, observou-se o papel desenvolvido pelas fichas de consulentes na instituição, bem como a necessidade de investigações mais profundadas sobre suas funcionalidades para a gestão do APEM.

Considerando o exposto, nota-se a particularidade da referente pesquisa e a relevância para a área da Biblioteconomia, assim como, a Ciência da Informação ao trazer a discussão, o estudo das fichas de consulentes do APEM como instrumento facilitador da gestão na forma de instrumento de coleta de dados para estudo de seus usuários.

Considerando os aspectos intrínsecos dos instrumentos de coleta de informação levando em conta as relevâncias da informação obtida para a



dinamização dos serviços, viabilizando a aproximação e a troca de informação desta organização e seus usuários

As problemáticas que orientaram a pesquisa podem ser dimensionadas a partir dos questionamentos seguintes:

As informações contidas nas fichas de consulente apoiam as tomadas de decisão na gestão o Arquivo?

As fichas de consulentes contribuem à dinamização do acesso à informação no APEM?

Dentre os objetivos que norteiam a pesquisa propõe-se, primeiramente analisar as fichas de consulente do Arquivo Público do Estado do Maranhão de forma a identificar como as mesmas têm contribuído para a instituição em diferentes contextos voltados ao usuário e à gestão.

A partir de então, se destacam como objetivos específicos:

- a) Descrever o contexto em que as fichas de consulentes estão inseridas, o APEM;
- b) Identificar os aspectos estruturais da ficha de consulente;
- c) Identificar as utilidades da ficha de consulentes para a gestão o APEM;
- d) Identificar as possibilidades de uso que as fichas de consulentes podem exercer para a gestão do APEM.

Este trabalho apresenta em sua estrutura uma subdivisão em seis seções. A primeira refere-se às considerações introdutórias ao tema abordado, a justificativa que motivou a pesquisa, os problemas e os objetivos que surgiram a partir da problemática definida.

A segunda seção apresenta o referencial teórico acerca do tema abordado em três eixos norteadores: o percurso histórico da arquivística, a produção científica em arquivologia voltada aos usuários destas organizações, e os estudos de usuários enquanto estratégia para a gestão de arquivos.

Em seguida, a terceira seção traça o percurso metodológico em todas as suas etapas. Na quarta seção apresenta-se o ambiente e o contexto de estudo na perspectiva institucional e os seus usuários. Na seção número cinco analisa-se as evidências e apresenta-se uma proposta de otimização da ficha de consulente para o APEM. Na última seção, são destacadas as considerações finais, seguidas das referências bibliográficas utilizadas na pesquisa.

## 2 CONTEXTUALIZANDO ARQUIVOS

### 2.1 Percurso histórico

O arquivo surgiu da necessidade que o homem tinha de registrar, armazenar e difundir informações relacionadas ao seu tempo, a gerações futuras, com o intuito de deixar todo o seu conhecimento e sua memória, organizando de acordo com as técnicas existentes em sua determinada época. Nesse sentido Lévi-Strauss, (1997, p. 269), destaca que:

A virtude dos arquivos é a de nos colocar em contato com a pura historicidade [...]. Os arquivos trazem, pois, outra coisa: por um lado, eles constituem o fato em sua contingência radical (visto que apenas a interpretação, que não faz parte dele, pode baseá-lo numa razão); por outro lado eles dão uma existência física à história, pois apenas neles é ultrapassada a contradição de um passado terminado e de um presente onde ele sobrevive. Os arquivos são o ser encarnado da facticidade.

A trajetória histórica dos arquivos segue ao surgimento da escrita nos primeiros suportes documentais nas civilizações pré-clássicas. De acordo com Marques (2007, p. 27) "A origem histórica dos arquivos remonta ao início da escrita, nas civilizações do Médio Oriente, há cerca de 6 mil anos atrás".

A escrita, no desenvolvimento das civilizações, já desde o milênio IV a.C. desempenhava um papel na comunicação humana, onde de acordo com Schellenberg (2006, p. 25) "Os arquivos como instituição, provavelmente, tiveram origem na antiga civilização grega.". Tal fato contribuiu para o surgimento dos arquivos que abrigavam documentos devido a necessidade de guarda dos registros. Não se atendo ao comprobatório, os valores atribuídos aos documentos serviam a outras motivações atribuem o valor de preciosidade aos arquivos. Como se observou nos arquivos antigos da Síria e Mesopotâmia conforme apresenta Silva et al. (2002) o valor jurídico, religioso e econômico.

Os arquivos do segundo milênio a. C., já constituíam um vasto aparato tipológico de documentos e sua alocação nas prateleiras não era dada de forma arbitrária, ou seja, já havia, neste período, uma organização sistemática e a adoção de critérios de avaliação documental.

Os arquivos não eram concebidos como meros depósitos ou reservas inertes de placas de argila. Eles constituíam já um complexo sistema de informação. Para além dos documentos em si, havia uma estrutura organizacional, um critério selectivo de preservação e a disponibilização de um serviço, determinado tanto pelo valor informativo das placas, como pela pertinência e rigor da sua integração sistemática. (SILVA et al. 2002, p. 48).

Dentre os arquivos que mais se destacaram na região do Médio Oriente até o período Clássico estão os arquivos do palácio de Ebla e do palácio e Mari na Síria, os arquivos de Amarna, os dos templos de Néferirkaré-Kakai e Medinet Habu no Egito.

Desta forma, se observa que os arquivos não só estiveram presentes como também se constituíram em instrumentos no desenvolvimento das civilizações.

Na sociedade Grega e Romana, (SILVA et al. 2002) destacam que a institucionalização dos arquivos se deu de forma tardia em comparação às civilizações do Oriente Médio, sendo assim só tomado cabo por volta de 460 anos a.C. por Élfialtes em Atenas.

É atribuída aos gregos a origem da palavra Arquivo como se é denominado às instituições detentoras do patrimônio documental. Derivada da palavra *archeion*, logo se popularizou na nação romana e nos povos cristãos que de então adotou-se pelo mundo. No entanto, até que se chegasse a esta denominação vários outros termos foram atribuídos ao conceito de arquivo como *nomophylakion* que significa “guarda das leis” termo atribuído ao arquivo do Senado ateniense; *chartophylakion* (guarda de papiros) ou *grammatophylakion* (guarda dos textos escritos) (SILVA et al. 2002, p. 59).

Por volta do ano 350 a.C. os documentos oficiais passaram a ser guardados no Métrôn onde se ocorriam as reuniões dos Bouleutas onde o arquivo passa a deter leis e decretos do governo e o arquivo adquire caráter governamental. Por outro lado, a prática da criação de arquivos pessoais pelos magistrados e a criação de arquivos nas demais cidades gregas passa se torna mais comum (SILVA et al. 2002, p. 59).

Na Roma Antiga, o surgimento dos arquivos ocorreu quase que concomitantemente aos arquivos na Grécia. Atribui-se a Valerius Publicola, por volta de 509 a.C. a criação do primeiro arquivo situado no Templo de Saturno no Forum, em Roma. Muitas das práticas arquivísticas romanas influenciaram a arquivologia moderna conforme menciona SILVA et al. (2002, p. 59) “Foi pela prática que os romanos foram construindo as aproximações que vieram a transformar a arquivística numa disciplina com uma missão e regras próprias, servidas por uma ampla rede de serviços e um corpo profissional especializado”.

Além disto, a articulação conjunta em sistemas de arquivo, emergem na Roma Antiga devido a construção de arquivos centrais, municipais, das instituições públicas, dos corpos de magistrados e individuais dos imperadores.

Na contemporaneidade, a Arquivística estabelece um conjunto de princípios e fundamentos para a composição de uma práxis, que fundamenta a construção de uma disciplina arquivística e a formação de profissionais especializados.

A instabilidade política influenciou a gestão dos arquivos em Roma de tal forma, que se reconheceu, cada vez mais, a importância política destes para o governo o que fez com que fosse dada atenção especial quanto à proteção do acervo e da seleção de profissionais com maior rigor.

O caráter técnico da organização dos arquivos, de igual modo foi aprimorado à medida em que os arquivos em Roma nos séculos I e II d. C. foram crescendo quantitativamente. Criou-se o *tabularius* ou estatuto do arquivista, promoveu-se a organização dos acervos em seções além da busca por novos suportes físicos que atendessem a demanda documental produzida de forma a utilizar menos espaços nos depósitos (SILVA et al. 2002).

No período medieval, a detenção dos arquivos se dá pelas igrejas o que sugere a ideia equivocada de declínio na atividade arquivística no período, surgem em paralelo aos arquivos, as bibliotecas das catedrais o que gerou uma confusão conceitual quanto às particularidades dos arquivos em relação às bibliotecas. Silva et al. (2002) destaca, que a rejeição do papiro como suporte físico ganhou força no século VIII, e o arquivo assimilou-se à ideia de poder, o que emergiu a necessidade de preservar o patrimônio documental em verdadeiros cofres e, posteriormente, no século XV, em armários engavetados.

Com o crescimento espontâneo dos Estados e principados europeus há uma preocupação no valor arquivístico e suas práticas herdadas da sociedade Romana, havendo também, a expansão dos arquivos pela Europa, em especial em Portugal e França, no decorrer do século XIV, onde há a criação do cartório da Nobreza e os arquivos da Casa Cível e da Casa dos Contos em Portugal.

Na França, no século XIV, o grande marco que caracteriza a Arquivística se dá pelo Tratado de Paris em 1356, uma convenção internacional que definiu os rumos dos arquivos nacionais e onde surgiu o princípio da territorialidade que

determina a guarda do documento em seu território de origem. Já no século XV se dava atribuição aos arquivos como espaços de memória (SILVA et al. 2002).

No decorrer do século XVI foi marcado pela criação e regularização dos arquivos das Repúblicas de Génova e Áustria, reino de Nápoles, Espanha e das repúblicas de Florença, Parma, Inglaterra etc. (SILVA et al. 2002, p. 80).

Nos séculos XVII e XVIII, a atribuição de uma nova perspectiva de utilização dos acervos desencadeou o surgimento dos instrumentos de pesquisa como inventários, índices, repositórios, catálogos dentre outros além do desenvolvimento de classificações equivocadas para organização dos acervos com base em áreas do conhecimento, tipicamente adotadas em bibliotecas. O que aponta SILVA et al. (2002, p. 96) em afirmar que “O iluminismo deu veste cultural à Arquivística, mas foi também germe de consideráveis desvios”.

No século XVIII, a Arquivística passa por diversos desafios, principalmente, impulsionados pela instabilidade política, ideológica e social gerada pela Revolução Francesa que atribui valor secundário aos documentos, o que desencadeou a adequação dos arquivos ao novo sistema revolucionário que, contudo, conviviam com a iminente manifestação ideológica que expurgava as titulações e a documentação regulamentar da nobreza.

Neste período, segundo SILVA et al. (2002, p. 101) destaca, ocorrem dois aspectos inovadores no cenário francês que influenciaram a arquivística nos demais países impactados pela revolução francesa. O primeiro referente à “[...] criação de um órgão nacional e independente, para a superintendência dos arquivos[...]” donde se adota aos arquivos nacionais a incumbência de acolher não só a documentação da administração central, mas também dos órgãos das províncias, comunas, igrejas, hospitais, universidades e famílias nobres. O segundo aspecto é referente ao acesso generalizado da população aos arquivos. Ainda nesse período em meio a um mar de Revoluções no campo da Ciência e Tecnologia que surgiram princípios que iriam nortear o campo arquivístico:

- a) Criação de uma administração nacional e independente dos arquivos;
- b) Proclamação do princípio de acesso do público aos arquivos;
- c) Reconhecimento da responsabilidade do Estado pela conservação dos documentos de valor, do passado; (SCHELLENBERG, 2006. p. 24)

A arquivística no Século XIX é marcada no aspecto técnico com a formalização e difusão nos arquivos pelo princípio do respeito ao fundo, também denominado de princípio da proveniência.

A adoção ao conceito de fundo foi rapidamente expandida nos demais países da Europa e ia de encontro com o sistema de assunto adotado no iluminismo.

Segundo apresentam Tiago e Reis (2013, não paginado) “A partir desse princípio básico, tem-se a ideia de pertinência territorial, segundo a qual os arquivos devem ficar custodiados em seu território de produção.”. Desta maneira, o conceito de fundo garante a historicidade do documento em respeito à sua guarda discriminada pela instituição originária e em ordem de produção.

O cume desta história se representa na criação de uma área Arquivística fundamentada cientificamente pelos princípios e técnicas desenvolvidos e que se difunde para o novo mundo.

## **2.2 A produção periódica em arquivologia no Brasil: os usuários em estudo**

A preocupação com o usuário no contexto dos arquivos, deu-se no decorrer dos anos 1970. No Brasil, esse período foi marcado pela criação da primeira revista brasileira em Arquivologia – Arquivo & Administração – além da criação dos Encontros Nacionais de Arquivologia. Embora seja um tema bastante sólida na área da Biblioteconomia, para a Arquivologia os estudos voltados ao usuário projetam-se de forma ainda em desenvolvimento (JARDIM, 1999).

Em termos quantitativos, podemos citar as pesquisas de Jardim (1998) e Vilan Filho e Oliveira (2011) por trazerem dados que situam a representatividade do tema Arquivologia no Brasil.

O estudo desenvolvido por Jardim (1998), em termos gerais, apresentou resultados de uma pesquisa bibliométrica, onde fora avaliada a produção científica da Arquivologia em 16 periódicos brasileiros, no recorte temporal entre 1990 a 1995. Os dados obtidos apresentam que 30% dos artigos publicados no Brasil, são procedentes de outros países sendo entre estes 30% oriundos dos Estados Unidos e 30% da Espanha. Quanto a autoria, o mesmo estudo relata que 36% são de autores estrangeiros. Em relação a procedência institucional dos artigos, o autor destaca que 44% são procedentes de Arquivos Públicos, enquanto 37% procedem das universidades. No Brasil, os Estados que mais publicaram artigos foram Rio de Janeiro (61%) e São Paulo (27%), dentre os menos, destacam-se: Paraná (6%), Brasília (4,5%), Minas Gerais e Pará (1,5% cada).

No que tange aos temas mais abordados, Jardim (1998, não paginado) ordena os assuntos, entre autores nacionais e estrangeiros, em: classificação, arranjo e descrição com ocorrência de 12%; Políticas públicas de arquivos com 15%; Avaliação e seleção com apenas 1%; Teoria Arquivística aparece em 13% dos trabalhos; Tecnologias aplicadas aos arquivos 21%; legislação 15%; Planejamento e administração de arquivos 13%; e Formação profissional com 9% do total. Nota-se não haver, entre os temas dos artigos apresentados, o assunto voltado aos estudos de usuários.

Vilan Filho e Oliveira (2011), também utilizando a bibliometria como método, investigaram nos artigos dos quatro principais periódicos científicos nacionais da área da Arquivologia: *Arquivo & Administração*, *Arquivística.net*, *Acervo* e *Estudos Históricos*, num recorte temporal entre 1972 a 2007, indexados da base de dados WinISIS. Tal estudo resultou na constatação de que, nestas revistas, com exceção à *Estudos Históricos*, a maior parte dos artigos versavam sobre outras áreas a exemplo da história, em detrimento da Arquivologia.

O estudo apresenta também que dos artigos específicos da área, nos periódicos *Arquivo & Administração* e *Arquivística.net*, foram publicados em maior quantidade na década de 1970, 45 artigos; havendo um decréscimo na década de 1980, com 30 artigos, e, um decréscimo maior ainda na década de 1990 com apenas 20 artigos. O quantitativo de artigos na área de Arquivologia dos periódicos, corpus da pesquisa, retoma o crescimento entre os anos 2000, com 48 artigos. Tal dado apresentado e devidamente justificado devido a problemas que havia quanto à produção, editoração e publicação dos periódicos, sendo o mais impactante destes problemas, a irregularidade na edição de volumes e a baixa produção de literatura especializada em Arquivologia no decorrer das décadas de 70 a 90.

O pouco quantitativo de periódicos específicos, a inconstância da produção científica e a baixa produtividade envolvente à área da Arquivologia, no Brasil, (JARDIM 1998; VILAN FILHO; OLIVEIRA, 2011), tem demonstrado pouca quantidade de pesquisas sobre este tema. Tal constatação se agrava em se tratando da temática estudos de usuários nos arquivos, embora tal assunto seja de total relevância para a Ciência da Informação.

## 2.4 Estudos de usuários: uma estratégia para a gestão de arquivos

Conhecer o usuário, bem como, suas necessidades informacionais, seu comportamento de busca, finalidades e uso da informação tem sido uma das frentes de estudo da Ciência da Informação (CI), mais especificamente em sua subárea estudos de usuários, campo de investigação de muita expressão. Da mesma forma, objeto de interesse inerente ao processo organizacional nos contextos das unidades de informação.

Bibliotecas, arquivos e museus, também denominadas Unidades de Informação, distinguem-se em seus conceitos, técnicas e os profissionais que nelas atuam. No entanto, vê-se que os estudos de usuários se configuram como estratégia que vão ao encontro destas organizações, que compartilham o propósito de promover a comunicação informacional.

Em seu aspecto definidor, compreende-se estudo de usuário como:

[...] investigações que se fazem para saber o que os indivíduos precisam em matéria de informação, ou então para saber se as necessidades de informação por parte dos usuários de uma biblioteca ou de um centro de informação estão sendo satisfeitas de maneira adequada (FIGUEIREDO, 1994, p. 7).

Estudos de usuários correspondem no canal de comunicação entre a organização e a comunidade, são utilizados para a orientação da gestão de recursos, por meio da demanda, sob via do contexto em que a organização está inserida (FIGUEIREDO, 1994a).

Garcia de Santana (2018, p. 9) definem como “[...] estudos ou investigações que visam à obtenção de informações que transmitam a opinião dos usuários, ou seja, que permita que o usuário melhor se expresse, com o intuito de saber o que os mesmos precisam para responder suas necessidades”.

Observa-se, então, que o estudo dos usuários da informação como instrumento de gestão, tem como proposta, a melhoria dos serviços informacionais oferecidos pela instituição mediante a análise do levantamento das informações dos usuários para a elaboração de novas propostas.

Em posse das informações obtidas a partir dos usuários, a organização adquire também subsídios informacionais que a orientarão na tomada de decisão que em retorno beneficiam a própria comunidade de usuários.

Durante a tomada de decisões, a principal atividade é o processamento e a análise da informação a partir das alternativas disponíveis, cujas vantagens e desvantagens são pesadas. Regras, rotinas e preferências orientam os membros na busca da informação e na avaliação das alternativas. (CHOO, 2006, p. 30).



A origem da pesquisa a partir dos usuários, enquanto método científico de aplicação social, emergiu a partir da metade do século XX, na Inglaterra. (FIGUEIREDO, 1983), e estende-se até hoje, sendo mais amplamente explorada, no campo das bibliotecas e arquivos. Tal fenômeno dá-se devido à preocupação da área na promoção do livre acesso e da disseminação da informação.

Estudos com foco no usuário, conforme Figueiredo (1994a, p.7), surgiram “[...] a partir da segunda metade da década de 1940”, mas consolidou-se especificamente em 1948 na Conferência da *Royal Society* onde houve trabalhos que despertaram o interesse em estudar as necessidades dos usuários pela comunidade acadêmica em geral.

Entre os anos 1948-1970, os principais objetivos das pesquisas voltadas aos usuários, destinavam-se a quantificar os hábitos do usuário em relação a busca de informação e uso do acervo e tipos documentais (CUNHA, 1982), (FIGUEIREDO, 1994), (BAPTISTA; CUNHA, 2007).

Até meados dos anos 1970 e início dos anos 1980 os estudos dos usuários da informação estavam classificados em três abordagens: tradicional, alternativa e sociocultural (CAVALCANTI; GALO; VENDRAMINI, 2018). Para esses autores, estas três abordagens afinam-se ao contexto paradigmático da Ciência da Informação, que por sua vez, é apresentado por Capurro (2003) como: o paradigma físico, paradigma cognitivo e paradigma social.

Na década de 80 os estudos de usuários tinham o objetivo primário voltado às unidades de informação sob a perspectiva do usuário com a finalidade de automação dos serviços ou sistemas (BAPTISTA; CUNHA, 2007).

A partir da década de 1990, segundo Baptista e Cunha (2007) surge uma segunda fase nos estudos de usuário, onde se tem atenção à abordagem qualitativa nas expectativas de estudos, e se destacam as observações das necessidades individuais dos usuários e o seu comportamento informacional. Havendo destaque para as abordagens de Taylor (1982), Kuhlthau (1999), SenseMarking de Brenda Dervin (1998) e os estudos de usabilidade em Bevan e Macleod (1994), e Dias (2006).

Conforme se vê no decorrer dos anos, as discussões voltadas aos usuários foram se desenvolvendo, complementando e alcançando novos patamares. Cabe destacar que, conforme revisado, as tendências nos estudos de usuários não são excludentes em si, mas, se tornam complementares umas às outras e podem ser

adotados conforme os fundamentos, objetivos ou necessidades da organização. No entanto, muitas críticas ainda fomentam tais discussões e modelam novas abordagens. O que antes estava voltado ao uso dos sistemas e serviços informacionais, hoje se propõem aproximar e conhecer cada vez mais os usuários conforme interfere Le Coadic (1997, p. 16 apud JARDIM; FONSECA, 2004, não paginado) como um modelo emergente de estudos e que está voltado ao “como” e que deve também suprir às necessidades de informação dos usuários.

No entanto, no contexto da amplitude das unidades de informação que variam de acordo com propósitos, em especial os arquivos, depara-se também com as especificações de usuários. Em outras palavras, se há diversidade de arquivos no que tange as suas propostas, processos e acervo, também há especificação em relação a seus usuários. Neste aspecto, Rocha e Sousa (2016, p. 463), destacam que o profissional arquivista deve conhecer o usuário para seja “[...] possível realizar o gerenciamento, a organização e a disponibilização das informações, de maneira que o usuário poderá maximizar as possibilidades de realização de suas demandas, quer sejam informacionais ou documentais”.

Os usuários da informação em um aspecto macro abrangente à todas as Unidades de Informação, conforme apresenta Sullivan e Puentes (2016, p. 7), podem ser distinguidos em usuários reais, que efetivamente fazem uso dos serviços informacionais; usuários potenciais, que não fazem uso, mas que potencialmente podem usufruir dos serviços; internos, “[...] que pertenecen a la institución productora de los documentos”; ou ainda usuários externos, “ajenos a la institución, y que suelen ser investigadores, estudiantes, ciudadanos en general, etc.”

Sob a ótica de Ramírez (2009, p. 61) a frequência nos arquivos distingue os usuários reais e potenciais, para o autor os usuários potenciais:

Para satisfacer sus necesidades, los clientes podrían hacer uso del archivo mediante recomendación o por pura casualidad. Por lo general, ingresan al archivo con muchas dudas sobre la organización y funcionamiento, pero también con muchas inquietudes y curiosidad ante el mundo de los archivos.

Na conjuntura dos arquivos, os usuários podem ser diferenciados sob vários aspectos e ser classificados em dois vieses: institucional e pessoal.

Sob o viés institucional, os usuários de arquivo podem ser distintos sob o aspecto organizacional, o que abrange: o tipo de arquivo (corrente, intermediário, permanente, pessoais, eletrônicos), o tipo documental (documentos pessoais,

institucionais, de valor histórico, etc.) e forma (realias, multimeios, etc.) sem desconsiderar também a afinidade com os propósitos do usuário.

Sob o viés pessoal, os usuários de arquivo podem variar quanto ao perfil pessoal (idade, sexo, residência); aos objetivos da pesquisa (pesquisa histórica, acadêmica, genealógica, profissional etc.); à categoria profissional; a procedências da pesquisa (regional, nacional, internacional).

Nos arquivos permanentes, os usuários exigem uma demanda não apenas documental, mas informacional, portanto, faz-se necessário que estes arquivos estejam munidos de fontes terciárias (guias, repertórios, índices entre outros) para a recuperação da informação.

Em se tratando de perfil de usuários de arquivos permanentes os mesmos são, em grande parte, estudantes em busca de informação para pesquisas acadêmicas, e pesquisadores voltados a estudos históricos e documental.

A coleta de dados, em estudos de usuários, pode ser realizada sob diversas maneiras: entrevista, questionário, observação, entre outros e a sua escolha de aplicação depende dos objetivos e da natureza de cada estudo.

A respeito dos instrumentos de coleta Ramírez (2009), destaca que estes métodos de investigação podem ser categorizados em dois grupos: as pesquisas de metodologia direta e indireta. Na pesquisa de metodologia direta, o autor afirma ser a pesquisa coletada mediante o contato direto com os usuários, como a entrevista e a aplicação de questionário (CASADO, 1994 apud RAMÍRES, 2009, p.61). Estes métodos são recomendados quando o investigador propõe investigar, de forma profunda, as necessidades e hábitos de informação dos usuários, no entanto possuem a desvantagem de demandarem um custo financeiro maior que os métodos indiretos.

Na pesquisa de metodologia indireta, o autor entende serem métodos que permitam conhecer os costumes de informação a partir da análise de dados obtidos sem ter contato direto com os usuários. “Este método se aplica por médio de los instrumentos de control que todo archivo debería poseer: el registro de usuario, la boleta de préstamo y de reprografia” (GARCÍA, 2006, p. 50).

Apesar do menor custo e tempo utilizados durante a pesquisa, estes métodos de coleta podem trazer desvantagens como a incompatibilidade dos dados, em relação às problemáticas de pesquisa, assim como a desatualização dos dados que

contribuem para uma coleta que não correspondem à realidade (CASADO, 1994 apud RAMÍRES, 2009, p. 61).

Com o desenvolvimento das Tecnologias da Informação, assim como também dos Sistemas de Informação, surgem também softwares de gerenciamento da informação que atendem à sociedade propondo o acesso descentralizado da informação tanto das bibliotecas quanto dos museus e dos arquivos.

### 3 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa em questão trata-se um estudo de caso desenvolvido no ambiente organizacional do Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM) e tem como objeto de estudo, os diferentes modelos de fichas de consulentes utilizados no APEM.

#### 3.1 Identificação do caso estudado

Autores como Yin (2005), (2010) e Martins (2008) apresentam que o estudo de caso pode ser concebido como estratégia de pesquisa, contudo, tem se mostrado “um dos mais desafiadores de todos os esforços das ciências sociais” (YIN, 2010, p. 23).

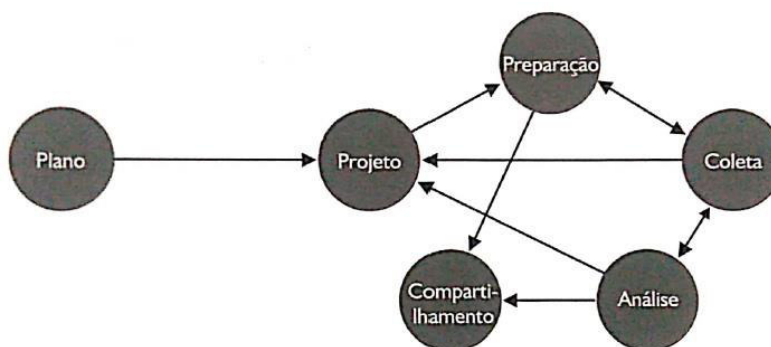
Em relação às finalidades em que o estudo de caso pode ser aplicável enquanto estratégia de pesquisa dentro das ciências sociais, Yin (2005, p. 20) apresenta que:

Como estratégia de pesquisa, utiliza-se o estudo de caso em muitas situações, para contribuir com o conhecimento que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais, políticos e de grupo, além de outros fenômenos relacionados.

Conceitualmente, a definição mais adotada pela literatura que descreve estudo de caso, é apontada por Yin (2005) como “[...]uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2005, p. 32).

A realização da pesquisa de estudo de caso, conforme apresenta Yin (2010), Figura 1, obedece a um processo linear, porém interativo, e que corresponde às etapas: plano, projeto, preparação, coleta, análise, compartilhamento.

Figura 1 - Processo de pesquisa em estudo de caso



Fonte: Yin (2010, p. 24)

Os pressupostos que caracterizam a referente pesquisa enquanto estudo de caso, se justificam por esta se tratar de um estudo sobre as múltiplas possibilidades que as fichas de consulentes desenvolvem e podem desenvolver enquanto instrumento que se utiliza do estudo dos usuários para a gestão do APEM. Sendo assim, o caso em questão se configura na utilização da ficha.

As fichas de consulentes são ferramentas que instrumentalizam parte da gestão do APEM, na proposta de controle de uso do acervo. A aplicação das fichas de consulentes no APEM, iniciou no ano de 1978, e vem sendo utilizada até o momento. No decorrer dos anos, as fichas de consulentes sofreram modificações estruturais, que favorecessem a coleta de informações, precisas e úteis, à gestão do Arquivo. Dessa forma, as fichas de consulentes se mostram úteis tanto para a esfera organizacional quanto social, ao se manifestarem enquanto instrumentos de registro e de gestão que atua no controle de acesso à informação; é também, instrumento passível de outras possibilidades de uso ainda não contempladas no modelo vigente de ficha.

Neste sentido, a análise das fichas de consulentes possibilitou compreender, a partir de seus modelos, qual seu papel na história do APEM, assim como refletir sobre possibilidades futuras de uso. Tal reflexão, levou à elaboração de um produto que se concretiza na proposta de atualização das fichas de consulentes do APEM, Figura 3.

A realização do estudo se projetou com base em 5 categorias de análise sobre as fichas de consulentes que são: Ambiente, Estrutura, Uso, Imagem e Possibilidades.

Para o desenvolvimento da pesquisa e aprimoramento do conhecimento do universo que a envolve contou-se com o envolvimento direto<sup>2</sup> e indireto<sup>3</sup> dos sujeitos: usuários reais, realizados pelo intermédio das fichas de consulentes; funcionários, pelo contato direto em conversas informais; e ex-funcionários do APEM pelo intermédio dos relatórios semestrais e anuais, e entrevista estruturada.

Diante o exposto, os procedimentos metodológicos adotados pela pesquisa compreenderam as seguintes etapas.

---

<sup>2</sup> Entende-se por envolvimento direto, o contato face a face de determinados indivíduos (YIN, 2010).;

<sup>3</sup> Entende-se por envolvimento indireto, aquele que fora por intermédio de fontes (YIN, 2010).

### 3.2 Etapas do estudo de caso

A pesquisa em estudo de caso, em sua fase de exploração e coleta de informações, caracteriza-se pela utilização de múltiplas fontes de pesquisa e a triangulação destas informações (YIN, 2010).

Para o alcance da proposta fez-se necessária, durante a etapa exploratória, a utilização da pesquisa bibliográfica. Na coleta e análise dos dados, valeu-se dos métodos: pesquisa documental, realizada em documentos e registros de arquivo para complemento da descrição do contexto da pesquisa e análise do corpus, (fichas de consulentes); entrevista estruturada aplicada à Maria Helena Espínola, diretora do APEM nos períodos de 2007 a 2008 e 2015 a 2018; observação direta, desenvolvida no decorrer da vivência no APEM<sup>4</sup>, assim como no convívio direto com funcionários e usuários que se fizeram norteadores para a elaboração da proposta de otimização da ficha de consulente.

#### 3.2.1 Pesquisa bibliográfica

A primeira etapa, consistiu na produção do projeto que proporcionou a delimitação dos objetivos da pesquisa e encaminhou ao levantamento bibliográfico e teórico, que permitiu definições preliminares para a pesquisa na fase exploratória.

Entende-se por pesquisa bibliográfica, conforme define Severino (2007, p. 122) como “[...] aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos como livros, artigos, teses, etc.”. Para Pádua (2004, p. 54) a finalidade da pesquisa bibliográfica é “[...] colocar o pesquisador em contato com o que se já produziu e registrou a respeito do seu tema de pesquisa”. No contexto da pesquisa realizada, a pesquisa bibliográfica resultou no embasamento teórico que deu alicerce ao tema.

#### 3.2.2 Pesquisa documental

A pesquisa documental, conforme Gil (2010, p. 30), “[...] é utilizada em praticamente todas as ciências sociais e constitui um dos delineamentos mais importantes no campo da História e da Economia”. Sua diferença à pesquisa bibliográfica dá-se pela utilização das mais diversas formas de documentos não bibliográficos, produzidos em meios e finalidades. No esclarecimento de Severino (2007, p. 122) na pesquisa documental “[...] tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros

---

<sup>4</sup> Vivência adquirida no campo de estágio, descrito nas justificativas da pesquisa, e no decorrer da pesquisa de campo na forma de conversas informais com funcionários.

tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais”.

A pesquisa documental foi realizada com o objetivo de se aproximar ao ambiente de estudo, conhecendo sua história, seu papel e atuação social, para tanto pesquisou-se em documentos e em registros de arquivos, que segundo Yin (2010), constituem duas fontes de informação distintas, e que ambas, se valem nos estudos de caso.

Realizou-se a pesquisa em documentos oficiais e em relatório de atividades, como as leis e decretos de fundação e constituição do APEM, com a intenção de descrever sua história e sua função na sociedade.

Pesquisou-se também em registros de arquivo, que constituem as fichas de consulentes alocadas no gabinete administrativo do Arquivo, com o propósito de se investigar e extrair informações para a análise do corpus documental, bem como sua evolução e sua utilização na gestão do APEM.

Nesta etapa, selecionou-se uma amostra de fichas, delimitada ao ano de 2018 para análise das informações nelas contidas, com o intuito de compreender sobre a comunidade de usuários do APEM, enriquecendo assim a análise do ambiente de estudo, descrito na seção 4.

### 3.2.3 Entrevista

A complementação metodológica, necessária de ser realizada nas pesquisas de estudo de caso para a triangulação dos dados, se deu na forma de entrevista estruturada, Apêndice A, que foi dirigida à senhora Maria Helena Pereira Espínola, historiadora, especializada em Gestão de Arquivo, e gestora do APEM nos anos de 2007 e 2008 e 2013 a 2018. A vasta experiência enquanto gestora incluindo no ano de 2018, ano delimitado para análise de fichas, foi o fator determinante que justifica a sua escolha para a entrevista.

Outra fonte de informação obtida na pesquisa, que se enquadra no método de entrevista, foram as conversas informais realizadas com funcionários do APEM, com vasto período de vivência na organização, e que se fizeram integrantes na construção de sua história.

Para a instrumentalização, apresentação e análise dos dados, elaborou-se uma ficha de análise, que permitiu o controle das evidências coletadas pela pesquisa e associa-las à categoria de análise a que elas pertencem e, em quais fontes de pesquisa foram identificadas para a triangulação dos dados, Quadro 1.



Quadro 1 - Ficha de análise e triangulação dos dados

Categorias de análise	Descrição da evidência	Identificado Métodos de coleta e triangulação de dados:	
		Pesquisa documental	Entrevista ou relatos informais

Fonte: Elaborado pelo autor

A triangulação dos dados na pesquisa de estudo de caso, segundo esclarece Yin (2010), é a identificação das evidências do estudo em diversas fontes de informação, sendo que, para a triangulação, a evidência identificada deve estar apontada pelas fontes investigadas na pesquisa.

Para o discorrer da análise das evidências estas foram classificadas segundo aspectos de impacto. Dessa forma, foram classificadas como de alto impacto as evidências identificadas nas duas metodologias e baixo impacto as evidências identificadas em apenas uma metodologia (Quadro 1).

Dando seguimento ao texto, a seção seguinte, descreve o contexto em que a pesquisa está inserida, de forma a identificar o ambiente de estudo, e também apresenta, de forma contextualizada, as inferências coletadas no decorrer da análise.

## **4 AMBIENTE E CONTEXTO DE ESTUDO**

Tendo em vista a abrangência de aspectos que se pode abordar nesta pesquisa, propõe-se nesta seção, abordar os pontos contextuais, para que se compreenda as particularidades inerentes ao ambiente em que o objeto de estudo está inserido, ou seja, o APEM.

Descreve-se então, no primeiro momento, a narrativa histórica do APEM, relatando sob a perspectiva da atuação das gestões anteriores. No segundo momento, faz-se uma descrição institucional desse Arquivo, onde se ressalta o perfil organizacional e estrutural. Em seguida, é apresentada uma descrição sobre os usuários do APEM, a partir da análise das fichas de consulentes, num recorte temporal do ano de 2018.

### **4.1 Perspectivas históricas e institucional**

Antes de tudo, cabe frisar, que a história institucional de um arquivo não se inicia pela sua data de fundação ou instituição, e sim, a partir da constituição do seu acervo.

Neste aspecto, no contexto do acervo de custódia do APEM, considera-se as instituições do governo do Estado do Maranhão, eclesiásticas, e privadas como produtoras deste acervo, cuja a documentação apresenta valor histórico do Maranhão.

O Arquivo, enquanto órgão público, se constituiu como Arquivo da Secretaria Geral do Governo, do final do período colonial até o ano de 1914. Deste período até o ano de 1991, pouco se tem conhecimento, devido não se ter encontrado relatórios ou documentos que o descrevam, ou ao menos indiquem como se prosseguiam os seus processos internos. Ocorre que as poucas informações a respeito das gestões, do cotidiano e dos processos realizados no APEM foram levantadas, por meio de relatos de experiências dos funcionários que, de certo modo, compartilharam vivências, desse período.

O APEM passa a ser nomeado como tal, a partir do Decreto nº 339 de 14 de novembro de 1932, que criou<sup>5</sup> a instituição, vinculada à Secretara Geral do Estado. Cabia ao Arquivo a responsabilidade de acolher, de forma centralizada, documentos da administração pública do estado do Maranhão, assim como os documentos que

---

<sup>5</sup> A criação do Arquivo Público do Estado foi principiada pela necessidade da criação do Arquivo do Judiciário, instituído pelo Decreto nº 626 de 24 de março de 1923, e que não fora efetivada.

apresentassem valor artístico e literário para o Estado ou que tenham valor histórico para a memória do povo maranhense (MARANHÃO, 1932).

No ano seguinte à sua criação, em 1933, o Arquivo foi anexado à Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL), pelo Decreto nº 462, com a justificativa de haver afinidades metodológicas. Sabe-se, porém, que sobre o ponto de vista da gestão de documentos, os processos técnicos aplicados aos arquivos e às bibliotecas são distintos.

Embora o arquivo estando anexado administrativamente à BPBL, não se sabe ao certo se o acervo esteve sob custódia da Biblioteca devido à falta de relatórios ou outros documentos comprobatórios de sua localização. De acordo com relatos informais de funcionários do APEM, acredita-se que tal junção nas dependências da Biblioteca Pública não ocorreu. Houve de fato, um vínculo administrativo com a BPBL, mas o acervo, permaneceu nas dependências da Secretaria do Governo ou nos porões do Palácio dos Leões, sede administrativa do Governo do Estado.

Sob a posse da BPBL, a ação que marcou as atividades desenvolvidas no Arquivo foi a constituição de um grupo de trabalho<sup>6</sup> para o levantamento e organização do acervo no ano de 1938. As atividades do referido grupo, se estenderam até o ano de 1940, com a elaboração de um relatório. Foi a primeira de muitas ações a serem realizadas para a organização e descrição do acervo do APEM, para torna-lo acessível ao público.

O Arquivo Público foi de responsabilidade administrativa da BPBL até o ano de 1967, quando foi transferido para o galpão da antiga fábrica Lázaro Ducanges, no bairro da Madre Deus, no Centro Histórico de São Luís. Em seguida, deslocou-se para um prédio na rua dos Afogados, também na região central da cidade.

Nesta série de mudanças, infelizmente, os espaços em que o acervo esteve acolhido e a falta de uma estrutura física e administrativa que valorizasse a preservação e conservação dos documentos, danificaram o acervo. Isto devido ao mal acondicionamento, ocasionando perdas parciais e até totais, não mensuráveis, de conjuntos documentais (ESPÍNOLA, 2004).

No ano de 1974, uma nova página começou a ser escrita na história do Arquivo com a sua recriação do Arquivo Público do Estado do Maranhão, instituída através do decreto nº 5.266, de 21 de janeiro de 1974, publicada no Diário Oficial do

---

<sup>6</sup> Grupo composto por Ignácio da Mota Cutrim, arquivista da prefeitura de São Luís; e Bauthazar dos Reis de Jesus [Jesus], arquivista da Secretaria Geral. (ESPÍNOLA, 2004).

Estado, de 4 de fevereiro de 1974. Neste período deu-se a transferência do acervo para um prédio na rua do Saavedra, nº 63, sob a gestão de Clidenor Edilson Barcelar Pereira, que durou de março de 1974 a janeiro de 1978.

Durante esta gestão, o APEM reiniciou suas atividades que objetivavam a adaptação da estrutura física do prédio, a descrição e a organização do acervo, e a capacitação de funcionários para atuarem no Arquivo.

A estada do APEM na Rua do Saavedra estendeu-se pelo período de quatro anos até ser transferido, em 1978, no prédio da Rua de Nazaré nº 218, onde permanece até hoje.

Trata-se de um casarão, do período colonial, que no início do século XX, deu lugar à Pensão Chicot Meretrizes, um bordel de alto escalão, bem localizado em uma rua comercial da época, no centro histórico de São Luís. O imóvel fora registrado em 30 janeiro 1935, no cartório da 1ª Zona de Registro de Imóveis e Hipotecas, registrado no Livro 3AH, de transcrição das transmissões sob o número 32238, p.189, vendido para a Fundação Cultural do Maranhão, em 17 janeiro de 1975, conforme a escritura, lavrada nas notas do tabelião do primeiro ofício, Dr. Tito Antonio de Souza Soares, livro 329 f.167-168. O prédio foi reformado para receber o APEM, sob a gestão de Clóvis Carramilo Filho, iniciada em fevereiro de 1978, que durou pouco tempo, findando em maio deste mesmo ano e sendo substituído pela senhora Maria do Rosário Aquino Matos, no mês seguinte.

Sob a gestão de Maria Matos, deu-se início à implantação das fichas de consulentes, que constituem o *corpus* deste estudo. Nesta gestão, também foram implantadas o controle de acesso ao acervo que levantava informações das demandas atendidas e uso do acervo. Foi ainda instituída a carteirinha do Arquivo Público para os usuários, que em pouco tempo caiu em desuso. Nos anos que corresponderam à gestão de Maria Matos, de 1978 até abril de 1983, também pode-se destacar, a inauguração do Laboratório de Conservação e Restauração de Papéis e a aquisição do acervo de partitura do Padre João Mohana.

A respeito das gestões de Maria Madalena Veiga (abr.1983 a jul.1987), Maria de Loudes Oliveira (mar. 1987 a fev. 1989) e Vanda Maria Coêlho de Lima (mar.1989 a fev.1991) não se sabe todos os avanços alcançados, devido à pouca informação documentada. Sobre estas gestões, não constam relatórios de atividades, nem exemplares de fichas de consulentes, o que indica que tais documentos ou se perderam, ou não foram produzidos. Relatos orais oferecidos por

antigos funcionários do APEM revelaram que a falta de qualificação dos gestores, foi a chave que desencadeou a estagnação do Arquivo neste período.

No entanto, no ano de 1990, durante a gestão de Vanda Lima, o APEM assume uma nova postura organizacional, promovendo o acesso à informação e a integração do arquivo à sociedade por meio da realização do projeto Arquivo Escola. Este, um belo trabalho realizado, que além de dar visibilidade à instituição frente à sociedade, representou o início de uma nova perspectiva na gestão do APEM a de incentivar, através de ações, a integração da instituição à sociedade.

No decorrer do ano de 1991, o cenário nacional no tocante aos arquivos, é destacado pela publicação da lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a Lei de Arquivos Públicos e Privados, sancionada pelo então presidente da República, Fernando Collor de Melo.

Sob a direção de Raimunda Araújo, que iniciou em março de 1991 e durou até março de 1993, a gestão no APEM, à luz da lei de arquivos em vigor, é caracterizada pela retomada de seu comportamento organizacional, que a partir de então passou a produzir relatórios mensais, semestrais e anuais reportando-os à Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão. Dentre as atividades desenvolvidas destacam-se, no âmbito técnico, a organização e arranjo de séries de documentos; organização do acervo discográfico da rádio Difusora do Maranhão, adquirido em 1986; a edição e publicação de repertórios e instrumentos de pesquisa; e no âmbito social a organização de exposições documentais temáticas.

Retomou-se, nesse período, a aplicação das fichas de consulentes, Anexo – B, que assumiu um novo modelo elaborado com a contribuição sugestiva de funcionários e usuários do APEM, segundo conversas informais.

Os anos seguintes, na gestão de Moisés da Costa Silva, (abril de 2003 a janeiro de 2007) as atividades do APEM visaram, em suas palavras “[...] dinamizar suas ações voltadas não só para a Instituição como órgão gestor da informação, mas também no sentido de garantir o acesso ao público como pesquisadores em potencial” (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, 2004, não paginado).

Desta maneira, dentre as atividades desenvolvidas no período supracitado destacam-se: o levantamento, elaboração, edição, impressão de inventários, relação nominal de fundos, folders informativos, repertórios, índices onomásticos e toponímicos; a seleção, organização, arranjo, descrição, inventariamento e guarda

de documentos como os do acervo da Delegacia de Ordem Pública de São Luís (DOPs) em custódia do arquivo desde 1991. Foram realizadas ainda, pequenas reformas internas, o desenvolvimento da página do Arquivo Público na Web para a promoção do acesso ao acervo *online*, a organização de palestras e um treinamento sobre gestão de arquivos, favorecendo a capacitação de servidores.

Em janeiro de 2007, Maria Helena Pereira Espínola, assume a gestão do APEM, com o compromisso de dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos e promovendo a melhoria destes. As exposições, que desde as gestões anteriores eram realizadas no hall de entrada no Arquivo, se tornaram mais frequentes, o que promoveu o turismo cultural nas dependências do Arquivo. Outra característica marcante, deste período, foi a criação da Associação de Amigos do Arquivo Público do Estado do Maranhão e da doação do Acervo da Câmara Municipal de São Luís do Departamento do Patrimônio Estadual (DPE), além do II Encontro de Gestão Documental Pública e Política de Arquivo para o estado do Maranhão e a aprovação do projeto Memórias Reveladas<sup>7</sup>: Centro de Referência das lutas políticas no Brasil 1964-1985, nos documentos da DOPs, no ano de 2008.

Dentre os anos de 2009 a 2014, Conceição de Maria Silva Rios assume a direção do Arquivo Público com a proposta de dar continuidade às atividades desenvolvidas pela antiga gestora. Ainda, neste ano foi oferecido um curso de descrição de acervo de partituras, além do lançamento dos livros: Retratos do Maranhão Colonial, e Catálogos dos Registros Gerais. Houve também, o desenvolvimento do projeto Memórias Reveladas e a elaboração do Inventário de Documentos para a História da Escravidão no Maranhão.

Em 2010, é tomada a iniciativa para desenvolver o Sistema de Informação do APEM (SIAPEM), além de pequenas reformas na estrutura do prédio. Houve também a implantação de um projeto para revitalização do laboratório de conservação de papéis, a elaboração dos índices onomástico toponímicos do catálogo dos Registros Gerais v. 2, que se estendeu até o ano seguinte.

No cenário nacional, no ano seguinte, o contexto da informação se atenta à lei 12.527 de 18 de novembro de 2011, que trata do acesso à informação e “[...] dispõe

---

<sup>7</sup> O projeto memórias reveladas, foi aprovado em 2007 com o financiamento da Caixa Econômica Federal, e iniciado em 2008. Tratou da reorganização e informatização do acervo da DOPS, e integrou o projeto Organização, Preservação e Difusão de Acervos Públicos e Privados referentes às Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) da Associação Cultural do Arquivo Nacional (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, 2007, p.6).

sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios [...]” (BRASIL, 2011 não paginado).

Nesse contexto, as atividades do APEM para a integração do Arquivo com a sociedade, projetaram-se a partir de exposições de documentos referentes à datas e eventos históricos. Desta maneira, no decorrer desses anos, diversas exposições foram desenvolvidas para este fim. Além disto, para promoção do acesso a informação criaram-se projetos de conservação, digitalização e divulgação dos acervos para a inclusão no sistema, ainda, em desenvolvimento, como consta nos relatórios de 2013 e 2014.

Maria Helena Pereira Espínola reassume a direção do Arquivo, entre os anos de 2015 e 2018. Em 2015, ocorre a execução do projeto Fontes Documentais Históricas do Maranhão<sup>8</sup>, a conclusão do projeto Conservação, Digitalização e Informatização de Acervos custodiados pelo APEM. Ainda em 2015, o Arquivo recebeu o certificado internacional de Memória do Mundo com as certificações do Comitê Latino-Americano e do Comitê Internacional da UNESCO, além dos lançamentos: Livro de Acórdão da Câmara de São Luís 1645 a 1649, e Repertório de Documentos para a História da Escravidão no Maranhão 1818 a 1852 v. 2.

Em 2016, o Arquivo recebeu cerca de 4.000 documentos digitalizados sobre a ditadura militar para compor o seu acervo. Dentre outras atividades, realizou 11 exposições além da elaboração de instrumentos de pesquisa, e o início à reedição dos livros: Documento para História da Balaiada e Governantes do Maranhão; e o lançamento dos livros: Repertório de Documentos para a História da Escravidão no Maranhão 1754 a 1840, e o Catálogo dos Registros Gerais: registro de atas e da correspondência do reino e do governo do Maranhão 1822 e 1885 (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, 2016).

Ainda no ano de 2016, são regulamentados: a Lei nº 10487/2016 que dispõe sobre a política de arquivos públicos e privados do estado do Maranhão, e no ano seguinte, os decretos nº 32.606/2017 e 32.607/2017 que regulamenta a legislação arquivística estadual do Maranhão e define normas para a gestão de documentos, respectivamente (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, 2016).

---

<sup>8</sup> O projeto Fontes Documentais Históricas do Maranhão, fomentado pelo Edital Literatura 02/2014 da FAPEMA. Consistiu na edição do Livro de Acórdãos da Câmara de São Luís 1645-1649, e na elaboração do livro Repertório de Documentos para a História da Escravidão no Maranhão. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, 2015, p.7).

Ao ser sancionada, a Lei nº 10487/2016, além de regulamentar a Política de Arquivos no Maranhão, também institui o Sistema de Arquivos do Estado do Maranhão (SAEMA). O SAEMA, é fruto da articulação do APEM em conjunto com as instituições de arquivo e do governo do estado do Maranhão. É “[...] responsável pelo desenvolvimento de ações visando assegurar a proteção e a preservação do patrimônio arquivístico público no Estado do Maranhão” (MARANHÃO, 2017, não paginado). Sua administração é tomada, de forma central pelo APEM, e num plano intermediário, pelo Arquivo Central da Secretaria de Estado da Gestão e Previdência (SEGEP) (MARANHÃO, 2016).

Nos anos de 2017 e 2018 a administração do APEM ateu-se para a articulação em conjunto a outras instituições de arquivo do Maranhão e para a implantação do Sistema de Arquivos do Maranhão promovida pela legislação arquivística. Para tanto, foram realizadas algumas reuniões com os gestores das instituições de arquivo dentre as quais, a I Semana de Arquivos no Maranhão, no ano de 2017 (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, 2017), que propôs a divulgação do SAEMA na esfera pública; e da II Semana de Arquivos no Maranhão, em 2018 (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, 2018).

Em complemento às atividades desenvolvidas no decorrer de 2017, destaca-se o lançamento do Guia de Fundos e Coleções do Arquivo Público do Estado do Maranhão, que propõe a divulgação de forma prática dos fundos arquivísticos do APEM para o público.

Sob este breve histórico, vê-se que o APEM, ao longo do tempo, esteve se articulando em conjunto à esfera pública a fim de dinamizar e propagar o acesso da informação arquivística custodiada por ele à sociedade. Cumpre, dessa forma, seus valores institucionais e exercendo o seu papel social sendo priorizado o acesso à informação ao público que dela necessitar.

O APEM, um órgão vinculado à Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão, é agente ativo na preservação, divulgação da história e memória documental do estado do Maranhão. Isso se dá em decorrência do acervo que possui, em sua custódia, aproximadamente 2Km de documentos textuais, produzidos pelos órgãos do governo, de autoridades religiosas, e de personalidades ilustres da história e memória maranhense.



Possui a missão de:

Recolher, organizar, conservar, preservar, e tornar acessível o acervo de documentos produzidos e/ou acumulados pelos órgãos públicos e também particulares do Estado do Maranhão, que sejam de interesse para a preservação da memória maranhense e para a pesquisa histórica, visando contribuir para o fortalecimento da cidadania e da identidade maranhense (MARANHÃO, 1974. p. 3)

Observa-se com base na leitura da missão institucional do APEM, que ele incorpora, o caráter tecnicista, necessário ao se tratar de uma organização pública; o caráter social, ao mencionar a utilidade da organização Arquivo Público, para a preservação da memória, a cidadania e identidade maranhense; e científico, para a pesquisa histórica valorizando, assim, tanto a informação, quanto o público que dela necessita. Estes se concretizam conforme se destaca na visão institucional que é “[...] alcançar a excelência no atendimento visando a satisfação das necessidades informacionais dos usuários” (MARANHÃO, 1974. p. 3).

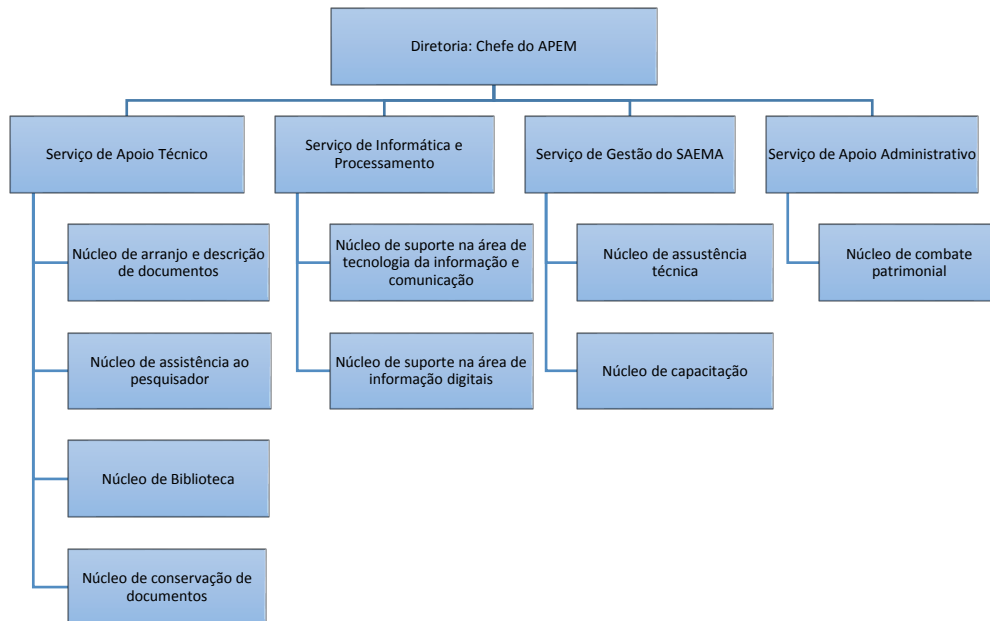
A contribuição social e acadêmica proporcionada pelo APEM vai além do acolhimento e disposição do acervo a quem dela necessita. De sobremodo, o APEM atua, de forma significativa, ao oferecer à população ações de integração entre o Arquivo, a sociedade e a comunidade acadêmica.

Dentre tais ações pode-se mencionar: realização de exposições temporárias e permanentes; suporte para visitas guiadas; realização de cursos, treinamentos, seminários e ciclo de palestras; publicação e edição de livros, e repertórios de documentos do acervo e instrumentos de pesquisa; campo de estágio; consultorias na área de conservação de documentos e em organização de arquivos.

O APEM recebe diariamente um público bastante diversificado, em destaque: estudantes, professores, e servidores públicos, advindos tanto da região quanto de outros Estados e países. Para o seu funcionamento, mantém os horários de segunda-feira à sexta-feira das 8h às 18h e conta com uma equipe de 20 servidores, 6 estagiários e 10 funcionários terceirizados.

Contudo, além do caráter técnico, social e científico atribuídos à função do APEM, por se tratar-se de uma Unidade de Informação, destaca-se a sua estrutura organizacional, que é expressa pelo organograma. A dinamização dos serviços do APEM, dentro de sua estrutura organizacional, conforme se vê na Figura 2, está subdividida em quatro frentes de serviços: serviço de apoio técnico, serviço de informática e processamento, serviço de gestão do Sistema de Arquivos do Estado do Maranhão (SAEMA), e serviço de apoio administrativo.

Figura 2 - Organograma do APEM



Fonte: Arquivo Público do Estado do Maranhão, 2017

No que se refere à estrutura física, o APEM se subdivide em 3 setores a saber: Setor de Avulsos, Setor de Códices e o Laboratório de restauração.

#### 4.1.1 Setor de Avulsos

Localizado no térreo do prédio, o setor de avulsos abrange duas salas de guarda da documentação não encadernada, também nomeada de documentação avulsa, e uma sala de leitura. A documentação avulsa neste setor é compreendida por correspondências enviadas por autoridades aos governantes do Maranhão e ao Chefe de Polícia. Os referidos documentos encontram-se organizados nas séries: Cartas de datas de sesmarias, Cartas Patentes, Passaportes, Mapas de nascimento, de batismos, de casamentos, da população escrava dos municípios, e de filhos livres de mulheres escravas. Compreende ainda documentos sobre índios, escravidão, Balaiada, terras e colonização, imigrantes cearenses e outros, e documentos produzidos pelas secretarias de interior, justiça, segurança e do gabinete do Governador datados a partir do Séc. XX. (MARANHÃO, [2013]).

#### 4.1.2 Setor de Códices

O Setor de Códices, localiza-se no primeiro piso do prédio, possui dois salões de guarda de documentos, uma sala de leitura e a biblioteca. O salão situado à direita do prédio, também nomeado de códices, é responsável pela guarda dos livros de registros de batismos, óbitos e casamentos da Arquidiocese do Maranhão, além de Documentos da Secretaria do interior; Acervo do Departamento de Ordem

Política e Social de São Luís (DOPs); Acervo da Câmara Municipal de São Luís que correspondem documentos de registros gerais, alvarás, cartas de datas de sesmarias, provisões, passaportes, leis e decretos, obras públicas, registros de atos e de correspondências dos governantes maranhenses, registros das Polícias Civil e Militar das secretarias do interior, da justiça, e segurança; e da Secretaria Geral do Estado. (MARANHÃO, [2013]).

Localizado ao lado esquerdo do prédio, encontra-se outro salão de guarda que é onde estão acolhidos os acervos pessoais: Acervo Fabrica Santa Isabel; Acervo José Jerônimo de Viveiros, Acervo de Partituras do Padre João Mohana, Acervo Benedicto Pereira Leite, Acervo César Augusto Marques, Acervo José do Nascimento Moraes, Acervo Ruben Ribeiro de Almeida; Acervo Marcellino Rodrigues Machado e Acervo Ultramarino de Lisboa. Possui também duas mapotecas contendo plantas e projetos de prédios históricos, certificados de escola normal, mapas de rodovias e cartografias dos municípios maranhenses. Defronte a este salão, situa-se a Biblioteca do Arquivo Público do Estado do Maranhão (BAPEM), que foi construída com a intenção de servir como apoio técnico aos funcionários, dando assistência informacional para o exercício das rotinas no Arquivo, devido ao crescimento exponencial de seu acervo, abriu-se para consulta pública.

A BAPEM, é classificada como especializada na área de História, bem como nas áreas nas áreas de Educação, Legislação, Administração Pública e Cultura do estado do Maranhão. Atende aos objetivos do APEM e participa diretamente das atividades desenvolvidas pelo Arquivo.

Detém um acervo que compreende cerca de 7000 livros registrados, distintos em: livros de autores clássicos maranhenses, coleções de leis e decretos do Brasil, obras raras como o dicionário de língua portuguesa editado em Lisboa no ano 1831, a coleção de Diários Oficiais da União desde a sua primeira publicação em 1906, obras de referência como a enciclopédia dos municípios maranhenses, obras raras como os relatórios e falas de presidentes da província do Maranhão a partir de 1836, materiais especiais como mapas, plantas de casarões históricos, CDs e DVDs e de livros como Literatura, Biografias, Arquivologia, Artes, História do Brasil, História do Maranhão, Educação, dentre outros.

#### 4.1.3 Laboratório de restauração

Localizado no subsolo do prédio, é responsável por oferecer serviços de restauração de papéis, e conta com equipamentos necessários para corte e encadernação; bem como colagem, restauração e refibração de documentos. É formado por corpo técnico qualificado para tais tarefas.

#### **4.2 Identificação do usuário**

A contextualização do ambiente desta pesquisa, estaria incompleta se não fosse aberta uma discussão dos indivíduos o qual o APEM oferece seus serviços e produtos. Conhecê-los dá complemento à pesquisa, pois é a para estes que as atividades do APEM são planejadas e desenvolvidas.

Na intenção de traçar o perfil do usuário dos serviços do APEM, utilizou-se as fichas de consulentes, como instrumento de coleta de dados. Neste sentido, esta parte da pesquisa, adota o caráter quantitativo das informações apresentadas.

A análise e interpretação dos dados ora apresentados, partiram da coleta de informações de 444 fichas de consulentes, que corresponderam às pesquisas realizadas no ano 2018.

A escolha deste recorte temporal, se deu por algumas motivações: a primeira, por se preferir analisar as fichas de um ano por inteiro, e que o ano escolhido seja correspondente a adoção do Modelo 5 da ficha de consulentes, adotados entre 1999-2018; a segunda motivação. Refere-se à análise de um período que compreendesse o mais próximo da pesquisa, que seria o ano anterior à sua realização ,2018; a terceira motivação, por ser, o ano de 2018, constituinte na gestão de Maria Helena Espínola, a quem foi aplicada entrevista, para enriquecimento de informações.

Maria Helena Pereira Espínola foi diretora do APEM em dois momentos de sua história, acumulando assim, vasto conhecimento em sua experiência, o que justifica a escolha. Tratou-se de uma entrevista estruturada que se deu por meio de um roteiro (Anexo A), composto por 4 questões abertas a respeito da utilização das fichas de consulentes, para a administração do APEM.

A coleta e agrupamento dos dados não foi uma tarefa fácil, pois ao ter contato com as fichas observou-se, de imediato, duas situações que interferiram, na compreensão dos dados com clareza. A primeira das situações, refere-se ao preenchimento parcial da ficha de consulentes pelos usuários, atitude muito comum em coletas de dados por questionário. Com base na vivência cotidiana no APEM,

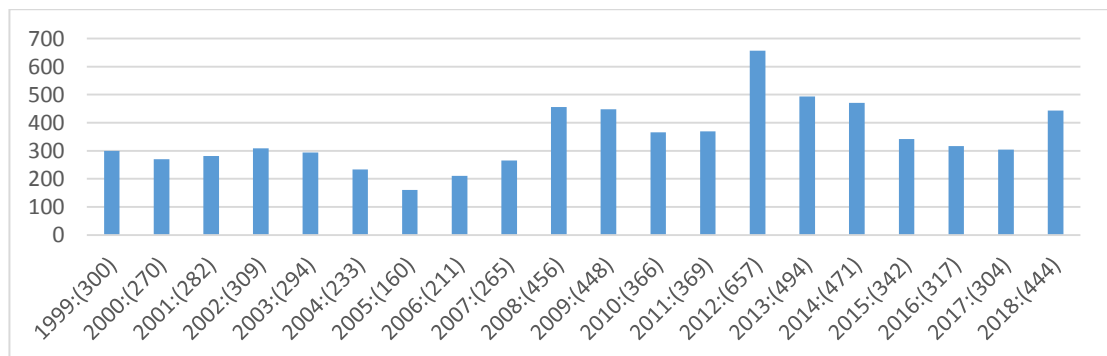
pode-se destacar-se a pressa e o desinteresse por parte os usuários, no preenchimento das fichas de consulentes.

A outra situação conflitante, foi a alta incidência de respostas que não condizem com a proposta do elemento. Este fenômeno aponta para duas preposições: os usuários respondem a ficha de forma incorreta por não compreenderem o que os elementos efetivamente propõem; ou os usuários respondem a ficha de forma incorreta por que os elementos da ficha não foram elaborados de forma clara.

Essas situações foram identificadas a partir da leitura realizada nas fichas de consulentes, que em referência ao problema mencionado, aponta-se, principalmente, maior incidência nos itens “Assunto”, e “Objetivo”.

A coleta de dados foi iniciada a partir de um mapeamento total das fichas de consulentes. A decisão de se realizar o referente mapeamento, foi tomada na fase inicial da pesquisa, motivada principalmente pela necessidade de se conhecer, quantitativamente, os documentos dispostos para que se decida o recorte temporal da análise ora apresentada. Deste mapeamento pôde-se observar, conforme se apresenta no Gráfico 1, o quantitativo de 6754 fichas correspondentes aos anos de 1999-2018, que compreendem aos anos em que se aplicou, no APEM, a versão atual das fichas de consulentes.

Gráfico 1 - Distribuição das fichas por ano (1999-2018)



Fonte: Dados da pesquisa, 2019

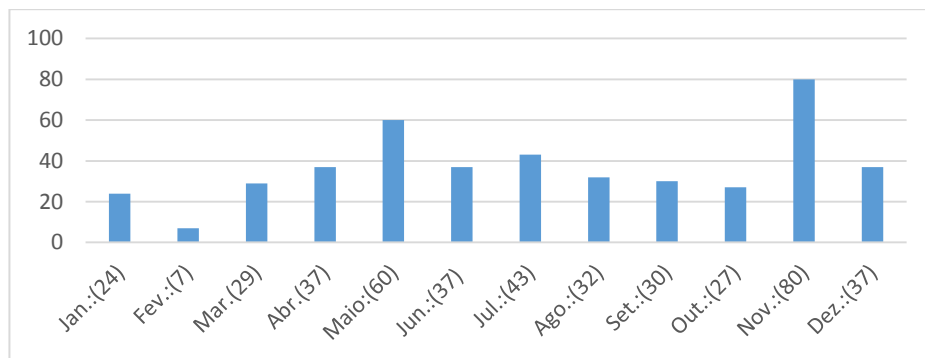
Observou-se, no Gráfico 1, que o quantitativo de fichas de pesquisa variou entre 160 (2005), a 657 (2012). Os anos de 2008 a 2018 o índice manteve-se acima de 300 com pico mais elevado no ano de 2012.

Tal fenômeno pode ser justificado ao se observar o constante desenvolvimento de ações realizadas pelo APEM em promover a interação do

APEM com a comunidade e o acesso ao patrimônio documental como a produção de instrumentos de busca.

Delimitando-se ao ano de 2018, conforme demarcado pelo recorte temporal, o quantitativo de pesquisas nos meses do ano, também variam conforme se observa no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Quantitativo mensal de fichas em 2018



Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Partindo desta informação, observa-se que há uma frequência mais acentuada de pesquisadores no APEM nos meses de maio e novembro. A motivação para este fenômeno pode ser inferida ao se considerar os semestres letivos nas instituições de ensino. Nos meses de janeiro e fevereiro, observou-se uma frequência mínima.

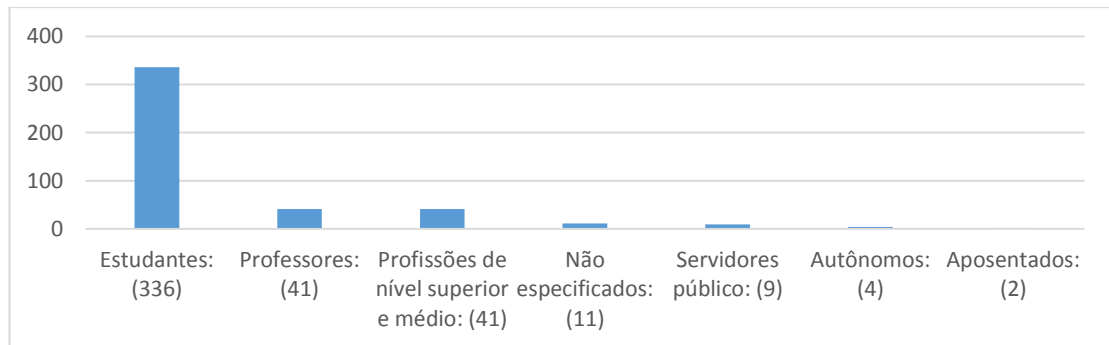
#### 4.2.1 Quanto ao perfil

Na disposição dos usuários pela categoria sexo, os dados apontaram que há um equilíbrio entre os sexos masculino (208) e feminino (236).

No que tange à faixa etária, os usuários do APEM, em sua maioria (267), estão entre as idades de 14 e 25 anos, o que indica que o público pesquisador mais frequente compreende à categoria estudantil. Cabe destacar que o grupo de pessoas com mais de 25 anos, correspondem a 165. Não foi encontrada nenhuma indicação para o item de menos de 14 anos, que demonstra inexistência de estudantes do ensino fundamental no APEM. Se houve, estes ou não emitiram fichas ou não marcaram no campo delimitado para faixa etária. As demais fichas de consulentes (13) não preencheram o campo referente à faixa etária.

Em relação à categoria profissional, a maior parte dos usuários do APEM é formada de estudantes que é comprova na observância do Gráfico 3.

Gráfico 3 - Categoria profissional

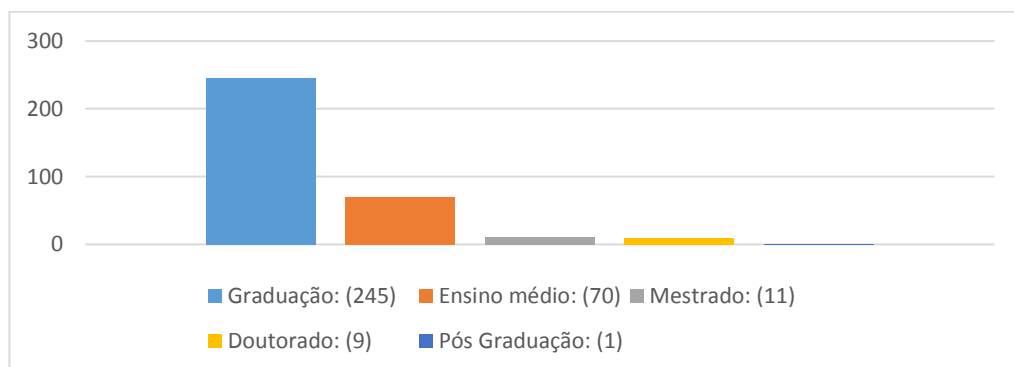


Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Entende-se por estudantes (336), alunos do ensino médio, superior, e de Pós-Graduação. Os dados apontam que professores e profissões de nível superior e médio são a segunda maior indicação nas fichas 41 cada, indicados como servidores públicos 9, autônomos 4 e aposentados 2. Não especificados ou não respondidos somam 11.

A partir dos 336 estudantes, apresentados no Gráfico 3, e o pondo sob investigação, identificou-se que dentre as indicações fornecidas por estes nas fichas de consulentes, obteve-se informações conforme é apresentado no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Estudantes



Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Sobre estes dados, destaca-se que a maior parte dos estudantes se concentra no nível de graduação com 245 indicações, seguido dos estudantes do ensino médio com 70 indicações, mestrandos com 11, doutorandos com 9, e uma indicação de pós-graduação que não fora especificada. Destaca-se haver ausência do ensino fundamental, que, em relação ao dado anteriormente apresentado, afina-se com a não identificação de indicadores de usuários de faixa etária abaixo de 14 anos.

A partir de então, pode-se inferir que as motivações que influenciam os estudantes a frequentarem o arquivo são majoritariamente com o objetivo de científicos e acadêmicos, no entanto, para comprovação desta afirmativa, é necessária a análise do elemento “Objetivo” da ficha de consulente, que é apresentado mais adiante.

Foi possível também, a partir da pesquisa, identificar as instituições de vínculo dos usuários, embora, neste quesito, encontrou-se algumas divergências, nas respostas fornecidas pelos usuários, principalmente, no que tange ao vínculo entre a instituição e o objetivo da pesquisa.

O levantamento das instituições de vínculo dos usuários do APEM foi revelador para a pesquisa. A partir destas informações, observou-se que, uma grande parcela de usuários, ao preencher as fichas de consulentes, demonstram o desconhecimento tanto para com o propósito que a ficha se apresenta, quanto para como a preencher o que indica a má construção desse instrumento.

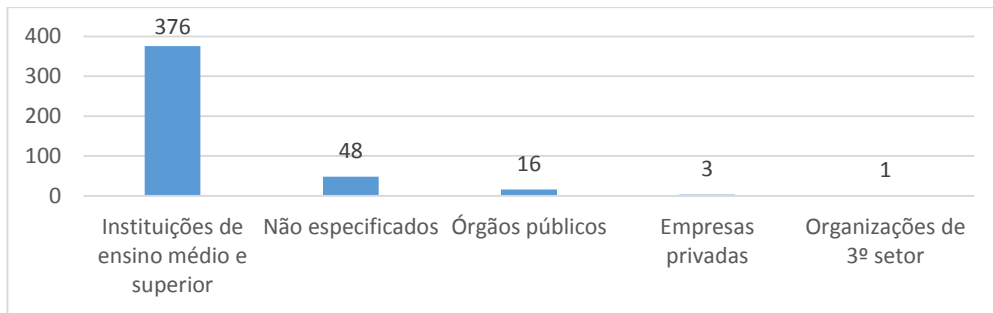
A proposta da indicação da instituição de vínculo na ficha de consulente se configurou a fim de conhecer o alcance em que as pesquisas no APEM atingem na esfera institucional. Desta forma, tais informações contribuem para a tomada de conhecimento para a mensuração do público potencial do APEM.

Partindo da perspectiva da análise das fichas, observou-se que grande parte dos usuários responde ao item em questão de forma desconexa para com o real objetivo da pesquisa. Tomando um exemplo identificado na pesquisa realizada, tem-se a seguinte situação: uma pessoa que trabalha em um órgão público e estuda e uma universidade X, realiza uma pesquisa que objetiva a produção de um trabalho acadêmico, e se identifica como funcionário da empresa em que está vinculado no lugar de sua universidade a qual demandou a pesquisa.

Sendo assim a análise exigiu uma avaliação conjunta dos itens “Instituição” e “Objetivos” para se categorizar e adquirir dados mais precisos conforme se apresenta no Gráfico 5.



Gráfico 5 - Instituições



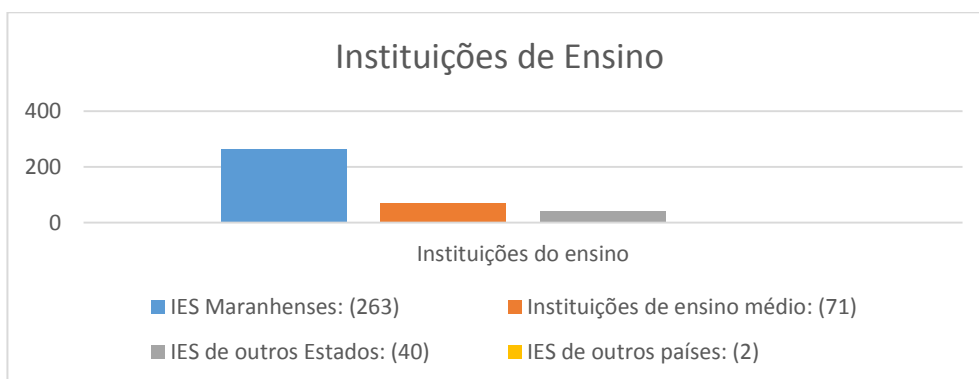
Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Segundo o Gráfico 5, observa-se que uma massa de pesquisadores é de instituições de ensino médio e superior. Nota-se, também, que há uma quantidade considerada de usuários que, por alguma razão, não quiseram se identificar, outra pequena parcela é oriunda de instituições públicas, privadas e do terceiro setor.

Associados à discussão dos dados apresentados no Gráfico 3, referente à Categoria profissional que identificou 336 usuários para a categoria estudantil, pode-se afirmar a integridade das informações obtidas.

Atendo-se aos dados referentes aos usuários advindos de instituições de ensino, foi possível identificar quais são estas instituições, conforme apresenta o Gráfico 6. Cabe ressaltar, que não é objetivo, desta pesquisa, expor instituições por motivos éticos, sendo assim adotou-se a proposta da categorização dos dados.

Gráfico 6 - Instituições de ensino



Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Conforme o gráfico descreve, dos estudantes pesquisadores do APEM no ano de 2018, 263 são vinculados às Instituições de Ensino Superior (IES) do estado do Maranhão, dentre estes identificou-se pesquisadores de 11 IES diferentes. Em seguida, a segunda maior quantidade, estão os estudantes ligados às instituições de ensino médio com 71 ocorrências, de 6 instituições diferentes. Os estudantes de IES

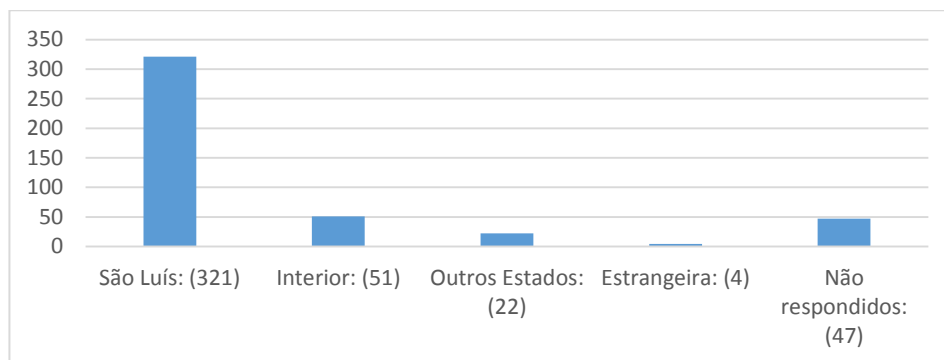
de outros Estados situam-se em terceira posição com 40 ocorrências de 16 instituições e, por fim, com 2 indicações, os estudantes de IES de outros países.

Pela perspectiva da territorialidade, as informações mencionadas, se relacionam com outras informações coletadas do item “Procedência das pesquisas” na ficha de consulentes, que segue na subseção seguinte.

#### 4.2.2 Quanto à necessidade informacional

As informações coletadas referentes a procedência das pesquisas, apresentadas no Gráfico 7, dão a dimensão territorial do público real potencial do APEM, bem como também, do alcance das informações demandadas pelos usuários.

Gráfico 7 - Procedência das pesquisas



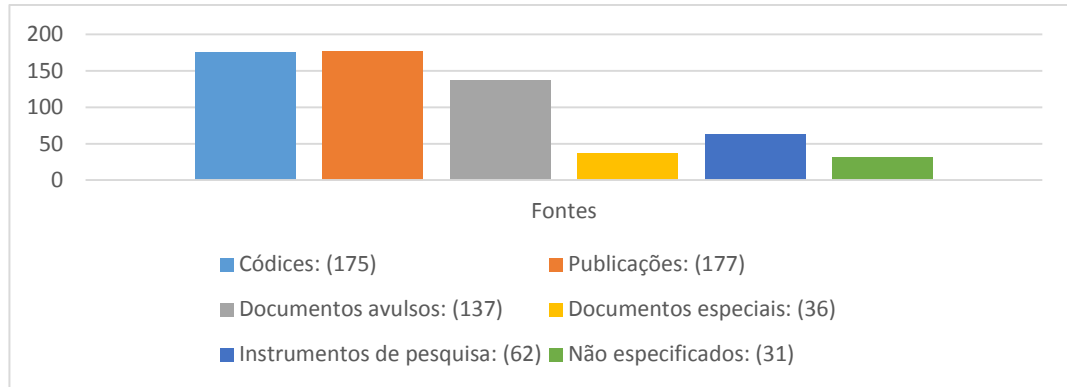
Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Segundas informações, nota-se então, que maior parte das pesquisas realizadas no APEM procede da capital São Luís, com 321 pesquisas. Este indicativo, em comparação aos outros, mostra-se bastante destacado, principalmente, quando comparado com o segundo indicador, que se refere às pesquisas procedentes do interior do Estado com 51 fichas, seguida do número de fichas não respondidas neste item com 47 fichas, problema já citado anteriormente. Em sequência estão as pesquisas procedentes de outros Estados brasileiros com 22 pesquisas e estrangeiras com quatro indicações.

O item “Fontes Pesquisadas” na ficha de consulente, recebe um tratamento diferencial de análise, neste item, o usuário indica todas as fontes utilizadas no decorrer da pesquisa. A ficha dispõe de cinco opções no item, os usuários marcam as fontes utilizadas que permite, mais de uma fonte indicada de ser marcada em cada ficha, as cinco fontes indicadas são: códigos, publicações avulsas e periódicas, documentos especiais, documentos avulsos e instrumentos de pesquisa. No entanto, observa-se que o item considera como fontes, as tipologias documentais

disponíveis no APEM, que são alocados em ambientes diferentes, ou seja, esse item além de informar a utilização das fontes documentais, contempla também, a frequência de pesquisadores nos demais ambientes do Arquivo. Desta maneira apresenta-se as informações da pesquisa conforme o Gráfico 8.

Gráfico 8 - Fontes pesquisadas em 2018



Fonte: Dados da pesquisa, 2019

O Gráfico 9, apresenta que as publicações avulsas e periódicas correspondem às fontes mais pesquisadas no APEM, com 177 fichas marcadas, as fontes correspondem aos livros e periódicos, o que inclui jornais e edições dos Diários Oficiais do Estado que se encontram na biblioteca do APEM.

Os códices, segunda fonte mais pesquisada no arquivo, são encontrados na sala do 1º andar do APEM e contém os fundos: Secretaria de Polícia, Câmara, além dos arquivos do DOPS sobre o regime militar e livros de registros da Arquidiocese do Maranhão.

As demais fontes indicadas pelos usuários em ordem de utilização foram, documentos avulsos com 137. Estes documentos são referentes aos documentos que não foram encadernados em códice e encontram alocados em maços de documentos em caixas arquivo correspondendo à documentação das entidades eclesiais do Maranhão, além dos acervos de órgãos da administração, segurança e educação pública e de acervos pessoais de personalidades maranhenses; Instrumentos de pesquisa que são produzidos pelo APEM sobre o seu acervo e que são constantemente utilizados para a identificação e localização de documentos e também para o levantamento bibliográfico e documental por pesquisadores que destacaram 62 pesquisas nas fichas de consulentes; Documentos especiais, que correspondem aos acervos de mapas, e plantas de prédios históricos do Maranhão, coleção de discos e de partituras do Padre João Mohana que obtiveram 36 indicações. Por fim, conforme já mencionado, em 31 das

444 fichas analisadas não houveram indicações de utilização das fontes pesquisadas pelos usuários, assim como também em alguns outros itens da ficha.

Cabe ressaltar, que o item em questão possui uma área para especificação dos documentos solicitados pelos usuários, segundo conversas informais com funcionários do APEM, a especificação da fonte documental foi aderida à ficha de consulente pela intenção de se identificar exatamente o documento solicitado, para que se tenha o controle do manuseio da documentação, para se identificar possíveis erros ou extravio do referente documento. Com base nesta informação, identificou-se, outra funcionalidade das fichas de consulentes para gestão do APEM, a de registro de manuseio e segurança do acervo.

No entanto, o campo de especificação do documento pesquisado, não é respondido pela maioria dos usuários, e quando é, não é devidamente respondido como se propõe. Um exemplo identificado disto, foi que muitos dos documentos indicados como códigos foram indicados no campo de especificação como pesquisa realizada em livros e publicações periódicas da biblioteca que correspondem ao item publicações, e em nenhuma das fichas de consulentes de 2018 foi especificado, exatamente, em quais documentos foi realizada a pesquisa.

A análise dos itens “Objetivo” e “Assunto” se expressou o mais complexo em relação aos demais devido a dois fatores que, potencialmente, interferem na análise e delimitação de inferências: o primeiro referente ao alto índice de fichas que por alguma razão não foram respondidas pelos usuários, em ambos os elementos da análise; o segundo, pela abertura que o questionário oferece aos itens fazendo com que haja leituras diferenciadas entre os usuários no momento do preenchimento e que estas análises se enquadrem metodologicamente qualitativos, o que demandou a distinção dos elementos em categorias para possibilitar maiores possibilidades de análises.

A coleta das informações só se fez possível mediante a análise conjunta dos itens em questão ao mesmo tempo, para que se garanta a confiabilidade dos dados. O motivo, conforme já mencionado, se deu devido ao fato de as respostas estarem em parte desconexas, ou seja, os usuários respondiam o objetivo da pesquisa na área destinada ao assunto da pesquisa ou vice-versa, ou então conforme se vê nos quadros 2 e 3 grande parte dos usuários sequer respondem os itens em questão.

Conforme o apresentado no Quadro 2 referente às categorias de objetivos das pesquisas realizadas no APEM, se vê que que 168 das 444 fichas de

consulentes não foram devidamente respondidas, ou ainda que sim, não se deixou esclarecer o real objetivo, por exemplo, em parte deste quantitativo os usuários utilizaram o termo “pesquisa”, para a descrição do item, o que se inviabiliza maiores interpretações.

Quadro 2 - Objetivos das pesquisas

<b>Objetivos</b>	<b>Quantitativo</b>
Não respondidos, esclarecidos	168
Trabalho acadêmico	59
Trabalho escolar	40
Monografia de conclusão de curso	38
Produção de artigo	23
Elaboração de projeto de pesquisa	18
Dissertação	16
Aprofundar no assunto	15
Tese	14
Análise documental	12
Particular ou profissional	8
Livro	6
Levantamento bibliográfico ou documental	5
Iniciação científica	5
Documentário	4
Relatório antropológico	4
Palestra ou seminário	4
Pesquisa financiada	3
Transcrição de documento	1
Pesquisa arqueológica	1

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa, 2019

As informações mais expressivas no que tange ao quantitativo, e que se fizeram passíveis de classificar foram as relacionadas à vida acadêmica, como produção de trabalhos acadêmicos com 59 fichas, trabalhos escolares com 40 e produção de monografias de conclusão de curso, com 38 fichas.

Cabe pôr em destaque, que os termos adotados no Quadro 2, foram levantados e selecionados com base nas informações contidas nas fichas analisadas, visto que, artigos, monografias, dissertações e teses, se configuram na categoria de trabalhos acadêmicos. Sendo assim, preferiu-se, para melhor entendimento dos dados, discrimina-los no quadro mencionado.

Desta maneira, se confirma o que a maior parte expressiva dos usuários do APEM objetivam a produção de trabalhos acadêmicos, conforme mencionado quando analisada a “Categoria profissional” e o “Vínculo institucional” anteriormente mencionados.

Já no que se refere aos assuntos de pesquisa, observou-se primeiramente, um quantitativo grande no número de categorias que dimensionem a totalidade dos assuntos das pesquisas, afinal, as possibilidades de pesquisas e de olhares passíveis de investigação no acervo do APEM é uma tarefa complexa de ser mensurada.

Foi possível classificar 56 categorias de assuntos embora 26 das fichas analisadas não terem sido devidamente respondidas pelos usuários, conforme se apresenta no Quadro 3.

Quadro 3 - Assuntos das pesquisas

Assuntos	Qt.	Assuntos	Qt.
DOPS	47	Fábricas	4
Instituições culturais, públicas e religiosas	40	Leis e Decretos	4
Educação	27	Séc. XIX	4
Não respondidas ou esclarecidas	26	Batismos e casamentos	3
Estudos biográficos ou genealógicos	24	Patrimônio histórico	3
História dos municípios	23	Quilombos	3
Povoação do Maranhão (índios, africanos, franceses, asiáticos, açores)	17	Urbanização	3
Política	16	Balaiada	2
Cultura Popular (Festas, Danças)	14	Instrução pública	2
Escravidão	13	Literatura	2
Subversão	13	Negros	2
Linguagem	12	Propriedade privada	2
Obras públicas (Praças, Comércio)	11	Província do Maranhão	2
Religiosidade	10	Arquivo ultramarino	1
Centro histórico de São Luís	9	Cinema	1
Arquidiocese	8	Conhecimento	1
Bairros de São Luís	8	Emigração	1
Polícia	8	Expoentes	1
Gênero	7	Folclore	1
Imóveis (prédios e casarões históricos)	7	Fotografias	1
Jornais	7	Freguesias	1
Maranhão Colonial	7	Juizes municipais	1
Diário Oficial do Estado	5	Magistratura	1
Movimentos populares	5	Portarias de nomeação	1
Música	5	Promotoria pública	1
Saúde pública	5	Testamentos	1
Sesmarias	5	Termos de Posse	1
Suicídio	5	Violência	1
Trabalho e trabalhadores	5		

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa, 2019

Observa-se, também, que os assuntos relacionados ao DOPs no período do regime militar no Brasil foram os mais pesquisados no ano de 2018. Em sequência, os assuntos relacionados à história das instituições públicas, culturais e religiosas do Maranhão se projetaram como segundo mais pesquisados no APEM e em terceiro no quantitativo de pesquisas os assuntos relacionados à História da educação no Maranhão com 27 pesquisas.

Os dados que foram apresentados levam a afirmar que o APEM tem cumprido sua proposta definida pelo Decreto 5.266 de 21 de janeiro de 1974 que atribui ao APEM a função de “[...] assegurar o resgate da memória documental do Maranhão” (MARANHÃO, 1974. p.3). As fichas de consulentes, nesse sentido, têm atuado como instrumento de estudo dos usuários, bem como de controle do uso e acesso ao patrimônio documental, registrando o manuseio dos documentos.

Neste contexto, observa-se que o APEM tem coletado informações que podem servir para o direcionamento das ações da instituição, no entanto, conforme se observou na pesquisa, o atual modelo de ficha de consulta abre lugar a interpretações equivocadas nos usuários, o que ocasiona no não retorno que parte das fichas de consulentes poderiam identificar.

A seção que segue, descreve as estruturas dos modelos que as fichas de consulentes adotaram até o modelo vigente, apresentando também a política adotada pelo APEM para a aplicação das fichas aos usuários.

## **5 ANÁLISE DAS EVIDÊNCIAS E INSUMOS PARA UMA NOVA PROPOSTA**

Esta seção, estrutura-se em dois eixos temáticos. O primeiro, volta-se a discutir as evidências identificadas pela pesquisa. O segundo eixo, apresenta uma proposta de otimização do atual modelo da ficha, estendendo a discussão da pesquisa às possibilidades de uso, que a ficha de consulentes pode adotar.

Dessa forma, apresenta-se e discute-se informações e evidências adquiridas por meio da pesquisa documental, realizada nas fichas de consulentes e nos relatórios do APEM; traz também à discussão, informações obtidas pela pesquisa bibliográfica e das conversas informais oferecidas por funcionários do APEM.

### **5.1 A ficha de consulentes do APEM**

A aplicação das fichas de consulentes do APEM, de responsabilidade dos funcionários que atuam no atendimento ao usuário, segue uma política não documentada.

O usuário, ao adentrar no APEM para realização de pesquisa, é instruído a não portar bolsa, canetas, ou outros materiais que ponham em risco a integridade física dos documentos. Ao realizar o atendimento, o funcionário entrega a ficha de consulentes para o devido preenchimento, que pode ser devolvida no início ou no fim da pesquisa, conforme o usuário achar conveniente.

As fichas de consulentes retornam preenchidas ao atendente, que as arquiva em uma pasta contendo todas as fichas do mês de referência. Ao final de cada mês, todas as fichas respondidas pelos usuários são reunidas e arquivadas em caixas arquivo no gabinete da diretoria do APEM.

A emissão das fichas de consulentes no APEM, se mostrou conflitante quanto à sua finalidade em relação ao tempo de pesquisa dos usuários. Considerando que o usuário deverá preencher a ficha de consulente por tanto quanto forem os meses que a pesquisa perdurar. Repetindo assim, os mesmos dados, em meses diferentes.

Ainda nesse aspecto, observa-se que:

- a) As fichas não são emitidas todas as vezes que o usuário pesquisar no mesmo mês;
- b) A emissão das fichas não é realizada por finalidade da pesquisa;
- c) Não há o controle diário, nas fichas de consulentes, dos conjuntos documentais manuseados pelos pesquisadores;



Em contrapartida, se um usuário realiza uma pesquisa, em um determinado mês, e ainda neste mês realizar outra pesquisa de diferente finalidade da primeira, não é emitida outra ficha para o seu preenchimento.

Outra situação referente à emissão das fichas, é que elas são entregues para cada pessoa que pesquisa, o que desconsidera as pesquisas realizadas em grupo, o que conseqüentemente, ocorre na emissão de várias fichas para a mesma finalidade de pesquisa.

Ciente de como a ficha é aplicada para o preenchimento dos usuários, cabe a discussão dos elementos componentes da ficha de consulentes.

As fichas de consulentes, foram inicialmente implantadas sob a gestão de Maria do Rosário Aquino Matos em 1978, no APEM. Embora ela não tivesse formação sobre como gerenciar um arquivo histórico, segundo relatos informais, ela tinha uma personalidade marcada pela preocupação e cuidado em toda atividade que desenvolvia. A implantação da ficha de consulentes elaborada no período de sua gestão é um exemplo do cuidado e da preocupação que ela tinha em desenvolver meios para instrumentalizar os processos gerenciais do Arquivo. Contudo, não se identificou, na pesquisa, de onde a ideia de desenvolver a ficha surgiu.

O termo “Ficha de consulente” foi adotado desde primeiro modelo da ficha, e perdura até a atualidade. Esta ficha, na gestão de Maria Matos foi implantada em conjunto a dois outros instrumentos: a carteira de registro de usuários e o livro de registro de consultas do APEM, que controlava a solicitação de manuseio de documentos.

A análise dos elementos de composição dos cinco modelos identificados nas fichas adotados pelo APEM, de 1978 a 2019, são agrupados e ordenados na ficha de análise, apresentada no Quadro 4.

Quadro 4 - Ficha de análise dos elementos das fichas de consulentes elaboradas pelo APEM

ITENS DE PESQUISA	Modelo1 (1978- 1983)	Modelo 2 (1991- jul.1993)	Modelo 3 (ago.1993- 1996)	Modelo 4 (1997- 1999)	Modelo 5 (1999- 2018)
<b>Informações dos usuários</b>					
Nome	X	X	X	X	X
Nacionalidade	X				
Categoria Profissional	X		X	X	X
Instituição	X	X	X	X	X
Endereço Provisório	X				
Endereço Permanente	X	X	X	X	X
Telefone			X	X	X
Sexo			X	X	X
Procedência			X	X	X
Faixa etária			X	X	X
Cep				X	X
Estado					X
Cidade					X
Bairro					X
<b>Informações da Pesquisa</b>					
Fontes de Pesquisa:	X	X	X	X	X
Fase da pesquisa	X				
Finalidade/objetivo	X	X	X	X	X
Arquivos e bibliotecas onde pesquisou	X				
Outras informações	X				
Área de trabalho	X				
Período de estudo	X				
Data	X	X	X	X	X
Período de pesquisa	X	X	X	X	X
Assunto		X	X	X	X
<b>QUANTITATIVO:</b>	4	207	719	571	6754

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa, 2019

As fichas de consulentes, no Modelo 1, Anexo 1, tinham as dimensões 14,5X21cm, e continham informações frente e verso.

As informações coletadas no primeiro modelo foram: nome, nacionalidade, categoria profissional, instituição, endereço provisório, endereço permanente, fontes de pesquisa, fase da pesquisa (onde se identificava entre: inicial, adiantada e final), finalidade, arquivos e biblioteca onde pesquisou, área de trabalho (onde se identificava categoria de assunto pesquisado, delimitada na ficha em 7 áreas do conhecimento voltado para a pesquisa histórica, e um campo de especificação), período de estudo (referente ao período histórico estudado, disposto pela ficha em Colonial, Imperial ou republicano), data e período de pesquisa.

Após seis anos (1984 a 1990), a aplicação das fichas de consulentes no APEM foi retomada, em 1991, durante a gestão de Maria Raimunda Araújo (mar.1991 a mar. 2003). Embora tenha sofrido várias alterações significativas em

sua composição, neste segundo modelo (1991-1993), mesmo reduzido, demonstrou ainda haver uma preocupação e um interesse em se manter este tipo de levantamento de informações a respeito dos usuários.

Observa-se que a estrutura da ficha de consulente, desde o primeiro modelo, esteve dividida em duas perspectivas: a perspectiva da identificação do usuário, e a perspectiva da identificação da pesquisa. Observou-se também, que a preocupação em controlar o manuseio documental e o atendimento às demandas dos usuários, esteve em discussão desde o período em que o Modelo 1 de ficha vigorou. A partir da coleta de informações, se fazia em outro instrumento de coleta de dados, o registro de consultas do APEM.

Entretanto, o baixo quantitativo de quatro fichas de consulentes do primeiro modelo a ficha, chama a atenção. Cabe inferir que ou a ideia de implantação das fichas foram frustradas e não se deu continuidade; ou as fichas datadas deste período se perderam no decorrer dos anos, e devido a isto, o correu o baixo quantitativo.

O segundo modelo da ficha, então, adotou as mesmas perspectivas do primeiro, em identificar as informações do usuário e as informações de pesquisa. No entanto, quando a aplicação da ficha de consulentes foi retomada em 1991, houve a suspensão das carteiras dos usuários. O registro de consultas do APEM também não foi mais utilizado para registrar a solicitação de documentos, e passou a ser utilizado apenas para controle de visitantes, que é disposto na portaria no Arquivo.

Os elementos que compõem as fichas, que permaneceram presentes no segundo modelo em comparação ao primeiro foram: nome, instituição, endereço permanente, fonte de pesquisa, finalidade, data, período de pesquisa e assunto.

Em comparação ao primeiro modelo, deixou-se de utilizar os itens: nacionalidade, categoria profissional, endereço provisório (passou a adotar apenas o permanente), fase da pesquisa, bibliotecas onde pesquisou, área de trabalho e período de estudo. No entanto, este último, apenas mudou de nomenclatura para período de pesquisa. Por outro lado, o elemento incluído no segundo modelo da ficha, em relação ao primeiro foi o item assunto, que a partir de então passou a estar presente em todos os modelos até o atual.

Observa-se de modo geral, que a evolução da ficha de consulentes, em termos de quantidade de elementos que a compõem, obteve queda no quantitativo do primeiro modelo, 15 itens, em relação ao segundo, 8 itens. Do segundo modelo

em diante, observa-se um acréscimo nos elementos que identificam o perfil do usuário, e que há permanência nos elementos relacionados às informações da pesquisa: fontes de pesquisa, objetivo, data, período de pesquisa e assunto.

A ficha de consulentes manteve-se em sua segunda configuração até julho de 1993, somando o quantitativo de 207 fichas emitidas neste modelo. Em agosto de 1993, ainda na gestão de Raimunda Araújo, o APEM implanta o terceiro modelo de ficha de consulente com 13 elementos.

As modificações sofridas no Modelo 3, em comparação aos anteriores, foram a reinclusão do item categoria profissional, adotado no primeiro modelo, e retirado no segundo; e a inclusão dos itens: telefone, sexo, procedência e faixa etária. Aplicado até o ano de 1996, somando, neste modelo, o quantitativo de 719 fichas emitidas.

O quarto modelo adotado na ficha de consulente (1997-1999), acrescenta o Código de Endereçamento Postal (CEP) como única alteração.

A adoção do modelo vigente da ficha de consulente, quinto modelo, iniciou no ano de 1999. Os elementos que a compõe, e que a diferencia dos demais são referentes à especificação do endereço dos usuários, e a partir de então, abriu-se os campos: Estado, cidade e bairro.

Para os campos referente às informações da pesquisa, manteve-se os mesmos itens, que desde o segundo modelo, se fizeram permanentes, que são: fontes de pesquisa, objetivo, data, período de pesquisa e assunto.

Sendo assim, os itens nacionalidade, endereço provisório, fases da pesquisa, arquivos e bibliotecas onde pesquisou, e área de trabalho, constantes no primeiro modelo, não se fizeram interessantes, para a gestão do APEM, para que permanecessem nos demais modelos da ficha de consulente.

Devido ao longo tempo de aplicação do Modelo 5 (1999-2018), o quantitativo de fichas de consulentes preenchidas, neste modelo, soma-se 6754 fichas, que ultrapassa o quantitativo da soma de todos os outros modelos anteriores, que por sua vez, totaliza 1501.

Com base nas possibilidades identificadas na literatura em estudos de usuários da informação, novas perspectivas podem ser adotadas pelas fichas de consulentes, que podem otimizar este instrumento. Mesmo por que, segundo Jardim e Fonseca (2004, não paginado), “[...] percebe-se a ausência de uma proposta

metodológica voltada para a obtenção de informações sobre o usuário [...]”, o que motivou a pesquisa a alteração da estrutura atual da ficha.

Neste sentido, elaborou-se uma proposta de atualização do atual modelo de ficha, que se apresenta na seção seguinte.

## **5.2 Análise das evidências**

Objetivou-se, nesta parte do estudo, levantar e descrever as evidências possíveis, identificadas na descrição do contexto da pesquisa. Para tanto, propõe-se na referente subseção a discussão destas evidências face aos objetivos propostos pela pesquisa, que por sua vez, foram delimitados a partir de categorias de análise.

Deste modo, no Quadro 5, referente à ficha de análise de evidências coletadas, apresenta: as categorias e análise, descrição das evidências, e a identificação dos métodos de coleta e triangulação dos dados na pesquisa documental e entrevistas ou relatos informais. Sendo assim, a elaboração do quadro, tornou-se uma estratégia para o melhor acompanhamento da triangulação das evidências, dinamização e melhor compreensão das informações que são apresentadas nesta análise.

Os critérios adotados para a discussão das evidências foram desenvolvidas pelo autor devido à particularidade metodológica da pesquisa. Os critérios se constituem em considerar as evidências identificadas em níveis de impacto: alto e baixo.

As evidências de alto impacto são aquelas que foram possíveis de identificar em todas as fontes de informação investigadas, o que garante a triangulação de dados, conforme é descrito na delimitação da pesquisa<sup>9</sup>. As de baixo impacto, referem-se às evidências identificadas em apenas uma fonte de pesquisa, o que não garante a triangulação de dados, mas se fizeram relevantes de serem pontuadas.

---

<sup>9</sup> Ver página 30

Quadro 5 - Ficha de análise de evidências coletadas

Categorias de análise	Descrição da evidência	Métodos de coleta e triangulação de dados:	
		Pesquisa documental	Entrevista ou relatos informais
Uso	1- O uso das fichas de consulentes está atrelado ao processo de produção de instrumentos de pesquisa.		X
Uso/Estrutura	2- As fichas de consulentes exercem o papel controle de uso do acervo a pesquisa histórica e científica.	X	X
Uso/Estrutura	3- As fichas de consulentes exercem o papel de controle do manuseio para a segurança do acervo na gestão do APEM.	X	X
Uso/Estrutura	4- O APEM utiliza as fichas de consulentes para traçar o perfil dos usuários identificar suas demandas informacionais.	X	X
Imagem	5- Os usuários têm dificuldades na resposta dos elementos que compõe a ficha de consulentes	X	X
Imagem	6- Os elementos que compõem a ficha de consulentes do APEM, são pouco claros, e possibilitam a interpretações equivocadas quanto ao seu preenchimento	X	X
Possibilidades	7- As fichas de consulentes podem identificar o atendimento às necessidades informacionais dos usuários.	X	X
Possibilidades	8- As fichas de consulentes podem identificar a satisfação do usuário pela qualidade no atendimento que lhe é oferecido.		X

Fonte: Elaborado pelo Autor com dados da pesquisa, 2019

A pesquisa identificou que o uso das fichas de consulentes, está atrelado ao processo de produção de instrumentos de recuperação da informação, conforme a primeira evidência do Quadro 5. Esta foi identificada a partir da entrevista e de relatos informais de funcionários. Neste contexto, Maria Helena ao ser questionada em entrevista se a análise das fichas de consulentes, que é realizada constantemente, contribuiu para a produção de instrumentos de referência do acervo e a dinamização do acesso à informação no APEM, relata que:

Sim, pois a análise das fichas de consulentes possibilita saber os assuntos mais pesquisados e o tipo de público que procura o APEM em busca de informações. A demanda de assuntos leva o gestor e a equipe de servidores a realizarem projetos de pesquisa, buscando no acervo todas as possibilidades, para a construção de novos instrumentos de pesquisa a fim de atender às necessidades dos pesquisadores (ESPÍNOLA, 2019)

Ao ser questionada sobre que impactos, as fichas de consulentes causaram na sua gestão, a senhora Helena destacou “O compromisso para melhorar o acesso aos documentos do acervo e atender com presteza aos que procuram o APEM”.

Com base nas afirmativas, pode-se pontuar que a utilização das fichas na Gestão do APEM, motiva a produção de instrumentos de pesquisa. No entanto, não foi possível identificar a partir da leitura dos relatórios algo que afirmasse ou que mensurasse as motivações que lavaram à gestão do Arquivo na tomada de decisões para a produção de instrumentos de pesquisa, o que categoriza a referente evidencia na representação de baixo impacto, conforme proposto pela análise.

De fato, a elaboração de instrumentos de busca e recuperação da informação contida no acervo, parte de uma necessidade latente manifestada pelos usuários, além disto é obrigatório aos órgãos e entidades públicos a divulgação de fácil acesso da informação produzida ou custodiada por eles, conforme determina a Lei 12.527, que trata do acesso à informação no Brasil (BRASIL, 2011).

Ainda no contexto do uso das fichas de consulentes, associado também à sua estrutura, pôde-se identificar que são utilizadas para traçar o perfil dos usuários e conhecer suas demandas informacionais. Apresenta também, papel de controle de uso do acervo e controle no manuseio de documentos, que por sua vez, é possibilitado através da especificação documental, item componente da ficha de consulente desse o seu primeiro modelo.

Desta forma, as evidências 2, 3 e 4, de acordo como quadro em discussão, são classificadas como de alto impacto. Isto se dá devido a triangulação dos dados obtidos.

A necessidade de controlar o manuseio dos conjuntos documentais, é uma prática adotada com o objetivo de manter a integridade física do documento, bem como, sua devida ordem de arquivamento nas caixas, em documentos avulsos; e nas estantes.

Conforme relatos informais, já houve casos de extravio, e até furtos de documentos por descuido no acompanhamento de seu manuseio. Neste aspecto, a ficha de consulente serve para a identificação da situação e até a localização do usuário responsável.

Outra utilidade que se faz da ficha de consulentes na gestão do APEM é a de identificar o perfil dos usuários. Este levantamento é realizado anualmente e relatado nos relatórios de atividades. O estudo do perfil dos usuários possibilita a elaboração de projetos de interação com o público como as exposições culturais e os seminários desenvolvidos pelo APEM em parceria com instituições públicas e de ensino.

A quinta e sexta evidências, são referentes à categoria imagem. Quanto a isto, identificou-se, a partir do alto índice de respostas mal interpretadas por parte dos usuários, que estes têm dificuldades no preenchimento de alguns elementos que compõem a ficha de consulentes. Por outro lado, os elementos da ficha se mostram pouco claros e possibilitam interpretações equivocadas quanto ao seu preenchimento.

Em ambas situações, as informações incompletas ou equivocadas dadas pelos usuários dificultam a avaliação das fichas por não expressarem as informações consistentes para a organização, inviabilizando maior aproveitamento da ficha para suas propostas.

A observação das evidências da categoria imagem foi, de certo modo, motivadora para a sugestão do modelo proposto, que é descrito com mais detalhes na seção seguinte.

As evidências 5 e 6 foram identificadas a partir da análise mais aprofundada das fichas, realizada no recorte temporal delimitado ao ano de 2018 e que permitiu a identificação das informações dos usuários apresentadas na subseção 4.2<sup>10</sup>. As evidências também foram identificadas a partir da entrevista e de conversas informais com funcionários do APEM, que por sua vez, sugeriram que se fizessem mudanças nos elementos da ficha deixando-as mais esclarecedora aos usuários.

As evidências 7 e 8, são referentes à categoria possibilidades. Tais categorias correspondem às possibilidades que as fichas de consulentes podem adotar levando em consideração seu contexto de aplicação.

A evidência 7, foi identificada nos dois métodos de análise, pesquisa documental e entrevista ou relatos informais, onde ocorre novamente a triangulação dos dados. Na pesquisa documental, identificou-se, dentre as fichas de consulentes do Modelo 1, haver também outros instrumentos de coletas de informações dos usuários, tais como o registro de consultas do APEM. Este controle, era voltado a relatar os documentos que foram fornecidos ou não, e o quantitativo destes, a determinado usuário.

Neste aspecto, foi revelado, por parte de funcionários nos relatos informais, que seria interessante aderir tais informações à ficha de consulente em uma nova proposta, identificando assim, o atendimento às demandas e necessidades

---

<sup>10</sup> Ver página 43



informativos. Em conjunto a isto, identificou-se outra possibilidade que a ficha poderia aderir, descrita na evidência 8, referente ao grau de satisfação o usuário.

A intenção em se identificar a satisfação no atendimento que o serviço de referência faz aos usuários, atenderia ao cumprimento da missão do APEM, dando a mensuração do atendimento oferecido. Contudo, a mais detalhada descrição das possibilidades que se pode utilizar da ficha de consulentes do APEM, é feita na seção que segue, que trata da proposta de atualização dos elementos da ficha.

### **5.3 Possibilidades de utilização da ficha de consulentes: uma proposta de atualização do modelo vigente**

A discussão ora apresentada, trata do produto elaborado a partir de dados da pesquisa, na forma de uma proposta de otimização da ficha de consulente do APEM. O produto final desta discussão apresenta-se na Figura 3. A discussão que se faz, descreve as mudanças alteradas dentre o Modelo 5 de ficha de consulente do APEM, em relação à proposta elaborada pela pesquisa.

Figura 3 - Modelo proposta para a ficha de consulente

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO Referência e Pesquisa FICHA DE CONSULENTE	
USUÁRIO	DATA ____/____/____
NOME: _____	IDADE: _____
<i>(OBS: Exemplo: Último sobrenome, Nome)</i>	
ENDEREÇO: _____	BAIRRO: _____
CIDADE: _____	ESTADO: _____
	CEP: _____
CATEGORIA PROFISSIONAL/OCUPAÇÃO: _____	TELEFONE: _____
<b>PESQUISA</b>	
PESQUISA INDIVIDUAL ( ) PESQUISA EM GRUPO ( ) QUANTIDADE DE MEMBROS _____; ATENDENTE _____	
INSTITUIÇÃO DE DEMANDA (se houver): _____	
ASSUNTO PESQUISADO (simplifique): _____	
FINALIDADE: _____	
FONTE DE PESQUISA:	
( ) Códices (documentos encadernados)	( ) Documentos arquivados (em mapas)
( ) Publicações bibliográficas ou periódicas	( ) Instrumentos de Pesquisa (repertórios, índices, catálogos, etc.)
( ) Documentos especiais (discos, mapas, plantas, partituras etc.)	
ESPECIFIQUE O(S) DOCUMENTO(S): _____	
_____	
_____	
PROCEDÊNCIA DA PESQUISA: ( ) São Luis ( ) Interior do Estado ( ) Outros Estados ( ) Estrangeira	
TEMPO PREVISTO (em dias): _____	
<b>SATISFAÇÃO</b>	
Atendimento: ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim	
Necessidade informacional: ( ) Encontrei o que procuro ( ) Não encontrei o que procuro ( ) Encontrei o que procuro, mas, o acesso ao documento é inviável	
Deixe seu comentário: _____	

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019

A necessidade de se atualizar a estrutura da ficha de consulentes, se manifestou de forma latente dentre os funcionários do APEM. Esta necessidade se intensifica quando destacado que o modelo que é adotado atualmente, foi desenvolvido a 20 anos, sendo assim, a ficha, de certa forma, esteja desatualizada.

Conforme se observou no período de investigação da pesquisa, a ficha de consulente pode oferecer a maior compreensão da realidade em que o APEM está inserido. Em consequência, pode se tornar um potente instrumento na orientação da

gestão administrativa em arquivos ou bibliotecas que tenham o interesse em utilizar informações oferecidas pelos usuários como insumo para a tomada de decisão.

A proposta que ora se sugere para mudanças no modelo de ficha de consulente utilizada pelo APEM, partiu de alguns critérios que orientaram a sua formulação. Contudo, os critérios adotados são pontuados mediante as observações adquiridas pela pesquisa na leitura das fichas de consulentes. Considerou-se também, para a formulação da nova proposta, sugestões feitas pelos funcionários do APEM, em conversas informais, incluindo a entrevista.

Dentre os critérios observados, destaca-se a clareza nos elementos componentes da ficha, que se mostrou o mais emergente de todos os outros.

Em entrevista, ao ser questionada sobre que mudanças na ficha de consulentes seriam mais relevantes, destaca-se, na fala da entrevistada, a partir de sua experiência, que deve haver “Mais clareza no item que pede informações sobre os assuntos a serem pesquisados. Talvez mais detalhes, tanto de informação por parte do APEM, como do objetivo do consulente” (ESPÍNOLA, 2019).

Tal falta de clareza já havia se evidenciada na pesquisa. Para suprir a esta dificuldade, optou-se no modelo proposto, a autoinstrução dos itens, e a mudança de determinados termos por outros mais esclarecedores. Desta maneira a ficha se mostraria mais clara quanto ao que realmente se pretende coletar.

Outro critério adotado, foi apontado por uma das funcionárias no diálogo informal, segundo sua sugestão, as fichas de consulentes poderiam adotar o critério da satisfação no atendimento e no suprimento de suas necessidades informacionais, o que implica na modificação estrutural da ficha.

O atual modelo de ficha de consulente coleta informações que podem ser classificadas em duas categorias: as informações de perfil e identificação do usuário e as informações referentes à pesquisa realizada. No modelo proposto, foi incluída uma terceira categoria, referente à satisfação. Esta, por sua vez, é composta por dois itens que foram elaborados em consideração às necessidades do APEM.

O terceiro critério adotado para a elaboração da ficha de consulente foi apontado por outra funcionária que também colaborou informalmente para esta proposta. Para ela, se faz necessário incluir a identificação do atendente, e também, a melhor descrição do item que especifica exatamente quais documentos foram manuseados durante a pesquisa realizada pelo usuário. Tal concepção parte da necessidade de segurança e preservação do acervo. Estas identificações, tornarão

possível perceber com mais veemência o extravio de um documento, bem como sua organização nas caixas.

O quarto e último critério para a elaboração da proposta emergiu da análise realizada nas fichas, quando do levantamento do perfil dos usuários do APEM, nas fichas de 2018. O critério interfere na política de aplicação da ficha, que envolve sua entrega ao usuário e o seu retorno ao funcionário, estando devidamente respondida. Observou-se que é entregue uma ficha para cada pesquisador, no entanto, ocorre por vezes, de haver pesquisas em grupo, o que ocasiona a emissão de uma grande quantidade de ficha a uma mesma pesquisa realizada.

Para o suprimento desta observação, adicionou-se ao modelo proposto o item “pesquisa individual ou em grupo”, que possibilita a utilização de uma única ficha para os grupos de pesquisadores.

Os itens da proposta de ficha de consulentes dispõem de alternativas que facilitam o preenchimento. Dispõe também de uma alternativa aberta para se informar a quantidade de membros constituintes no grupo de pesquisa.

Sobre os itens incluídos, excluídos ou modificados na ficha de consulentes elaborou-se o Quadro 6, que compara o Modelo 5 com o modelo proposto.

Quadro 6 - Comparativo de itens do Modelo 5 e o modelo proposto

<b>ITENS DE PESQUISA</b>	<b>Modelo 5 (1999-2019)</b>	<b>Modelo proposto</b>
Nome	X	X
Categoria Profissional	X	X
Instituição	X	X
Endereço	X	X
Telefone	X	X
Sexo	X	
Procedência	X	X
Faixa etária	X	X
CEP	X	X
Estado	X	X
Cidade	X	X
Bairro	X	X
Fontes de Pesquisa:	X	X
Finalidade/objetivo	X	X
Atendente		X
Pesquisa individual ou em grupo		X
Data	X	X
Período de pesquisa	X	X
Assunto	X	X
Atendimento (qualidade)		X
Necessidade informacional (acesso à informação)		X
Comentário (ao atendimento)		X

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa, 2019

Conforme se observa no Quadro 6, manteve-se, na proposta, maior parte dos itens contidos no Modelo 5. Dentre os itens acrescentados, destacam-se: a identificação do atendente, tipo de pesquisa realizada, em grupo ou individual, satisfação no atendimento, necessidades informacionais e comentários.

A inclusão do item atendente, conforme predito, justifica-se pela necessidade de pontuar satisfação na qualidade do atendimento, podendo ser útil à gestão do APEM no atendimento ao público.

O item pesquisa individual e em grupo, contribui para a gestão do APEM quando do levantamento das pesquisas que são realizadas em grupo. Evita ainda a duplicidade de fichas sobre a mesma pesquisa.

Em relação à categoria satisfação, no modelo proposto, compreendem aos itens: atendimento, composto por três itens de preenchimento subdivididos em bom, regular e ruim; necessidade informacional, que propõe identificar se o usuário efetivamente teve acesso à informação desejada, este se subdivide em três itens de preenchimento que são: “encontrei o que procuro”, “não encontrei o que procuro”, “encontrei o que procuro, mas o acesso ao documento é inviável”, este último permite identificar quais documentos do APEM são inviabilizados o manuseio devido a deterioração do documento; o terceiro item refere-se a barra de comentário onde usuário pode deixar uma crítica positiva ou não do atendimento.

A única exclusão feita no modelo proposto em relação ao atual, refere-se ao item sexo. Com base no levantamento do perfil dos usuários do APEM, nota-se haver um certo equilíbrio entre esta categoria. Portanto viu-se que esta opção na ficha de consulente, abre espaço para maiores discussões incluindo às voltadas ao gênero.

Dentre as categorias que foram modificadas, destacam-se a mudança de nomenclatura do item “instituição” para “instituição de demanda”; “objetivo” para “finalidade”, “período de pesquisa” para “tempo previsto”. Destaca-se também a inclusão de elementos de autoinstrução, localizados após a descrição do item entre parênteses, o que facilita a compreensão de quem as lê.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos fatos mencionados, destaca-se que a gestão de arquivos, no tocante às práticas gerenciais e administrativas, utiliza-se de princípios e fundamentos técnicos, desenvolvidos e perpetuados pela Arquivística no decorrer de sua evolução. No entanto, os usuários, frente à gestão de arquivos e seus procedimentos, se posicionam não apenas como pesquisadores, mas também como agentes participativos na gestão, por meio dos estudos de usuários nestas organizações.

O APEM é uma organização governamental, que desempenha papel social de preservar o patrimônio documental histórico do estado do Maranhão, contribuindo para a perenidade de sua memória e a pesquisa histórica.

Na esfera institucional, a pesquisa contribui para a reflexão mais aprofundada a respeito das demandas que o APEM atende ou podem atender frente às necessidades dos usuários. Em posse dessas informações poderá orientar-se em relação à demanda informacional por ele exigida, o que servirá de ferramenta estratégica para se elaborar novas propostas na prática administrativa promovendo o acesso rápido e efetivo à informação.

Ao longo de sua história, o APEM não contou, no cargo de direção, com gestores formados na área de arquivologia, o que de certa forma inviabilizou alguns avanços na instituição. Não se tem, no estado do Maranhão, cursos de formação acadêmica para tal área.

Desde sua criação foram utilizadas cinco modelos diferentes de ficha de consulentes, sempre com o intuito de prestar informação para a gestão do Arquivo. Cabe destacar que quanto ao caráter físico, a ficha de consulente do APEM sofreu mudanças no que diz respeito aos elementos que a compõem. Percebeu-se poucas alterações dos modelos 3, 4 e 5, sendo o Modelo 2 o que mais se diferencia dos demais. No entanto, a sua estrutura manteve-se constante, pois os elementos presentes em todos os modelos podem ser ordenados em duas temáticas de investigação: os elementos de levantamento do perfil do usuário e os elementos da pesquisa realizada.

O objetivo proposto pela pesquisa foi analisar as fichas de consulente do Arquivo Público do Estado do Maranhão, de forma a identificar como elas têm contribuído para a instituição em diferentes contextos voltados ao usuário e à gestão.

A identificação das múltiplas possibilidades de uso das fichas de consulentes foi efetivada a partir das evidencias coletadas pela pesquisa que estão relacionadas em quatro categorias de análise: uso, estrutura, imagem e possibilidades.

Nesse aspecto, pode-se destacar como evidencias identificadas a partir da pesquisa que são referentes à categoria uso:

a) O uso das fichas de consulentes está atrelado ao processo de produção de instrumentos de pesquisa;

Ainda em relação à categoria uso, as três próximas evidencias também se relacionam à categoria estrutura, são elas:

b) As fichas de consulentes exercem o papel controle de uso do acervo para a pesquisa histórica e científica;

c) As fichas de consulentes exercem o papel de controle, manuseio para a segurança do acervo na gestão do APEM;

d) O APEM utiliza as fichas de consulentes para traçar o perfil dos usuários identificar suas demandas informacionais;

As evidencias relacionadas à categoria imagem, pode-se destacar:

e) Os usuários têm dificuldades na resposta dos elementos que compõe a ficha de consulentes;

f) Os elementos que compõem a ficha de consulentes do APEM, são pouco claros, e possibilitam a interpretações equivocadas quanto ao seu preenchimento;

Por fim, as evidências referentes à categoria possibilidades, foi possível levantar que:

g) As fichas de consulentes podem identificar o atendimento às necessidades informacionais dos usuários;

h) As fichas de consulentes podem identificar a satisfação do usuário pela qualidade no atendimento que lhe é oferecido.

Espera-se que esse estudo traga contribuições à instituição e aos demais pesquisadores das áreas de Arquivologia e Estudos de Usuários da Informação. Entretanto, sugere-se que novas pesquisas, no campo da arquivística, em relação aos instrumentos de gestão e identificação das necessidades dos usuários sejam realizadas.

Sugere-se também, que esta pesquisa seja dada continuidade com propostas de complementação. Para tanto, sugere-se a avaliação da ficha de consulente proposta, considerando seus aspectos de identificação de usuários. Sugere-se ainda

o aprofundamento da pesquisa, no ponto de vista dos usuários quanto às suas interpretações observáveis a partir da ficha de consulentes.



## REFERÊNCIAS

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Relatório anual de atividades**: jan./dez. 2004. São Luís, 2004.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Relatório anual de atividades**: jan./dez. 2007. São Luís, 2007.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Relatório anual de atividades**: jan./dez. 2015. São Luís, 2015.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Relatório anual de atividades**: jan./dez. 2016. São Luís, 2016.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Relatório anual de atividades**: jan./dez. 2017. São Luís, 2017.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Relatório anual de atividades**: jan./dez. 2018. São Luís, 2018.

BAPTISTA, Sofia Galvão; CUNHA, Murilo Bastos. Estudo de usuário: visão global dos métodos de coletas de dados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 12, n. 2, p. 168-184, maio/ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v12n2/v12n2a11>. Acesso em: 08 fev. 2019.

BARROS, Dirlene Santos. **Dimensões metacognitivas no comportamento de busca de informações: estudo de usuário no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM)**. João Pessoa, 2008. Dissertação (Mestrado em ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

BARROS, Dirlene Santos; SOUSA, Maria Antonia de. **Arquivo como lugar de memória para a pesquisa histórica**: um olhar sobre o Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM. São Luís, 2007. Monografia (Especialização em Gestão de Arquivo) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2007.

CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman; GALO, Regina Aranda da Cruz; VENDRAMINI, Virgínia. Estudo de usuários na arquivologia: reflexões. SECIN: Linkando informações culturais e comunidade: reflexões teórico-práticas, 7., 2017 [ago.2017]. **Anais eletrônicos...** p. 382-397. Disponível em:

<http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2017/secin2107/paper/viewFile/461/28>  
5. Acesso em 06 jun. 2019.

CHOO, ChunWei. **A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões**. 2. ed. Tradução: Eliana Rocha. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2006.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalino de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos / Livros, 2008.

CUNHA, Murilo Bastos da. Metodologias para estudo de usuário de informação científica e tecnológica. **Revista de biblioteconomia de Brasília**, Brasília,DF, v. 10, n. 2, p. 5-19, jul./dez. 1982. Disponível em:  
<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/17076>. Acesso em: 10 fev. 2019.

ESPÍNOLA, Maria Helena Pereira. Entrevista concedida a Felipe de Jesus Costa Rocha. São Luís, 19 ago. 2019. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice “A” desta monografia]

ESPÍNOLA, Maria Helena Pereira. **Memória, história e cidadania arquivo público do Estado do Maranhão: itinerários e perspectivas**. São Luís, 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão de Arquivos) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2004.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. Aspectos especiais de estudo de usuário. **Ci. Inf.**, Brasília, v.12, n. 2. p. 43-57, jul./dez. 1983. Disponível em: Acesso em: 07 fev. 2019.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Estudos de uso e usuários da informação**. Brasília: IBICT, 1994 a.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Tópicos modernos em ciência da informação**. São Paulo: Centro Cultural Tereza D’Ávila, 1994 b.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. **Análise de conteúdo**. In. DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Org.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 280-304.

FRANCO, Maria Laura de Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. 3. ed. Brasília-DF, Liber Livro, 2008. Série Pesquisa v. 6.

GARCIA, Germima da Purificação Custódio; SANTANA, Tanara Dourado. Os usuários da informação no arquivo: perspectivas de aproximação e aplicação no âmbito dos estudos da Ciência da Informação. **e-Ciências de la Información**. v. 8, n. 2, jul./dez. 2018. ISSN 1649-4142. Disponível em: <https://www.scielo.sa.cr/pdf/eci/v8n2/1659-4142-eci-8-02-39.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2019.

GARCÍA, Luís Fernando Jaén. La aplicabilidade de los estudios de usuarios em los archivos: el caso de los archivos históricos. **Revista código**. v. 2, n. 1, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/17184103.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JARDIM, José Maria. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-1995). **Ciência da informação**, Brasília: IBCT, v. 27, n. 3, 1998. Disponível em: [http://www.brapci.inf.br/\\_repositorio/2010/03/pdf\\_5695aa6c6e\\_0008625.pdf](http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/03/pdf_5695aa6c6e_0008625.pdf). Acesso em: 15 abr. 2019.

JARDIM José Maria; FONSECA, Maria Odila. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. **DataGramZero**, [S. l.] v. 5, n. 5. out. 2004. Disponível em: [http://www.brapci.inf.br/\\_repositorio/2010/03/pdf\\_5695aa6c6e\\_0008625.pdf](http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/03/pdf_5695aa6c6e_0008625.pdf). Acesso em: 15 abr. 2019.

JARDIM. José Maria; FONSECA, Maria Odila. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro. In: JARDIM José Maria (Org.). **A formação o Arquivista no Brasil**. Niterói, RJ: EdUFF, 1999.

MARANHÃO. Decreto n. 5.266 de 21 de janeiro de 1974: cria o Arquivo Público do Estado do Maranhão. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**, São Luís, ano 67, n. 24, p. 3-4 fev. 1974.

MARANHÃO. Arquivo público do estado do Maranhão. [2013.]. Folder 18 cm x 18 cm.

MARANHÃO. Decreto nº 32.606, de 25 de janeiro de 2017. Regulamenta a Lei nº 10.487, de 14 de julho de 2016, que dispõe sobre a Política de Arquivos Públicos e privados do Estado do Maranhão, e dá outras providências. São Luís, 2017.

MARANHÃO. Decreto nº 339, de 14 de novembro de 1932: cria o Arquivo Público do Estado do Maranhão. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**, São Luís, ano 27, n.256, p. 1-14 nov. 1932.

MARANHÃO. Lei nº 10.487, de 14 de julho de 2016. Dispõe sobre a política de arquivos públicos e privados do Maranhão, e dá outras providências. São Luís, 2016.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de Caso**: uma estratégia de pesquisa. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MOREIRA, Sônia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. *In*: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 270-279.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. 12. ed. rev. e atual. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

RAMÍREZ, Jafeth Campos. Los estudios de usuarios y los archivos: una alianza estratégica. **Revista Códice**, v. 5, n. 1, p. 13-37, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/20250/>. Acesso em: 11 jul. 2017.

ROCHA, Eliane Cristina de Freitas; SOUSA, Marilene da Silva. Perfil do usuário do arquivo público da cidade de Belo Horizonte. CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA - CNA, 7, 2016, Fortaleza. **Anais eletrônicos**...Disponível em: [http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v4\\_nesp/racin\\_v4\\_nesp\\_artigo\\_0461-0478.pdf](http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v4_nesp/racin_v4_nesp_artigo_0461-0478.pdf). Acesso em: 15 maio 2019.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, 1973.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. RAMOS, Fernanda; REAL, Manuel Luís. **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação. 2.ed. v.1. [S.l.]: Edições afrontamento, 2002.

SULLIVAN, Patricia Allendez; PUENTE, Marcelo de la. **Los estudios de usuarios en los archivos**. Buenos Aires: Consultora de Ciencias de la Información, 2013. Disponível em: [http://www.ccinfo.com.ar/v2/wp-content/uploads/2016/01/DT\\_047.pdf](http://www.ccinfo.com.ar/v2/wp-content/uploads/2016/01/DT_047.pdf). Acesso em 06 jun. 2019.

TIAGO, João; REIS, Leonardo. **Arquivologia facilitada**: teoria e mais de 500 questões comentadas. 2.ed. [S.l.]: Elsevier, 2013.

VILAN FILHO, Jayme Leiro; OLIVEIRA, Eliane Braga de. Periódicos científicos brasileiros de arquivologia: os artigos e suas autorias (1972- 2007). **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v.4, n.2, p. 82-93, ago./dez. 2011. ISSN 1983-5213. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/download/1680/1479/>. Acesso em: 11 abr. 2019.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE A – Questionário aplicado à Maria Helena Espínola  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

**FELIPE DE JESUS COSTA ROCHA**

**Roteiro de entrevista**

1. Quais enfoques foram prioridades durante sua gestão enquanto gestora do APEM?
2. A análise das fichas de consulentes que é realizada constantemente, contribuíram para a produção de instrumentos de referência do acervo e assim a dinamização do acesso à informação no APEM?
3. Que impactos as fichas de consulentes causaram na sua gestão?
4. Que mudanças na ficha de consulentes você consideraria relevantes?

## APÊNDICE B – Proposta de Ficha de Consultente

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO Referência e Pesquisa <b>FICHA DE CONSULTENTE</b>	
USUÁRIO	DATA ____/____/____
NOME: _____	IDADE: _____
<i>(Obs: Favor preencher este espaço, iniciando pelo último sobrenome. Ex: Último sobrenome: Nome).</i>	
ENDEREÇO: _____	BAIRRO: _____ TELEFONE: _____
CIDADE: _____ ESTADO: _____	CEP: _____
CATEGORIA PROFISSIONAL: _____	<b>PESQUISA</b>
PESQUISA INDIVIDUAL ( ) PESQUISA EM GRUPO ( ) QUANTIDADE DE MEMBROS _____; ATENDENTE _____	
INSTITUIÇÃO DE DEMANDA (se houver): _____	
ASSUNTO PESQUISADO (simplifique): _____	
FINALIDADE: _____	
FONTE DE PESQUISA:	
( ) Códices (documentos encadernados)	( ) Documentos avulsos (em mãos)
( ) Publicações bibliográficas ou periódicas	( ) Instrumentos de Pesquisa (repertórios, índices, catálogos, etc.)
( ) Documentos especiais (discos, mapas, plantas, partituras etc.)	
ESPECIFIQUE O(S) DOCUMENTO(S): _____	
_____	
_____	
PROCEDÊNCIA DA PESQUISA: ( ) São Luis ( ) Interior do Estado ( ) Outros Estados ( ) Estrangeira	
TEMPO PREVISTO (em dias): _____	
<b>SATISFAÇÃO</b>	
Atendimento: ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim	
Necessidade informacional: ( ) Encontrei o que procuro ( ) Não encontrei o que procuro ( ) Encontrei o que procuro mas, o acesso ao documento é inviável	
Deixe seu comentário: _____	

## ANEXO A – Ficha de consulentes Modelo 1, frente e verso

**FUNDAÇÃO CULTURAL DO MARANHÃO**  
ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO  
SEÇÃO DE CONSULTAS

Nome: \_\_\_\_\_  
 Nacionalidade: \_\_\_\_\_  
 Profissão: \_\_\_\_\_  
 Instituição a que está vinculado: \_\_\_\_\_  
 Endereço provisório: \_\_\_\_\_  
 Endereço permanente: \_\_\_\_\_  
 Pesquisa: \_\_\_\_\_

Fase da pesquisa: Inicial  Adiantada  Final   
 Finalidade: \_\_\_\_\_  
 Arquivos e bibliotecas onde pesquisou: /  
 Outras informações: \_\_\_\_\_

---

Área de Trabalho

História Política   
 História Econômica   
 História Social   
 História Administrativa   
 História Regional   
 Genealógicas   
 Biográficas   
 Outras  ou Diversas

Período de Estudo

Colonial   
 Imperial   
 Republicano

Especificar área não indicada.

Comprometo-me a enviar à Biblioteca do Arquivo Público do Estado uma cópia ou exemplar do trabalho que publicar e em que haja referência a documentos aqui pesquisados.

São Luís, 17.10.71



ANEXO B – Ficha de consulentes Modelo 2, frente

FICHA DO CONSULENTE

NOME:

ENDEREÇO:

INSTITUIÇÃO:

ASSUNTO:

DATA:

FONTE DE PESQUISA:

PROVEDOR - CAPSUA - 2011

ANEXO C – Ficha de consultentes Modelo 2, costa

NOMBRE	CATEGORIA	EXPERIENCIA	FORMACION	OTROS DATOS
1	CONSULTOR	10 años	INGENIERIA	MAGISTER
2	CONSULTOR	5 años	INGENIERIA	MAGISTER
3	CONSULTOR	15 años	INGENIERIA	MAGISTER
4	CONSULTOR	8 años	INGENIERIA	MAGISTER
5	CONSULTOR	12 años	INGENIERIA	MAGISTER
6	CONSULTOR	7 años	INGENIERIA	MAGISTER
7	CONSULTOR	9 años	INGENIERIA	MAGISTER
8	CONSULTOR	11 años	INGENIERIA	MAGISTER
9	CONSULTOR	6 años	INGENIERIA	MAGISTER
10	CONSULTOR	13 años	INGENIERIA	MAGISTER

## ANEXO D – Ficha de consulentes Modelo 3

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO SEÇÃO DE REFERÊNCIA E PESQUISA FICHA DE CONSULENTE												DATA: ___/___/___
NOME: _____												
ENDEREÇO: _____										FONE: _____		
INSTITUIÇÃO: _____												
CATEGORIA PROFISSIONAL: _____												
PESQUISA: _____												
OBJETIVO: _____												
FONTE DE PESQUISA:												
<input type="checkbox"/> Códices e documentos avulsos , <input type="checkbox"/> Publicações avulsas e pá . <input type="checkbox"/> Documentos especiais (discos, mapas, plantas, partituras etc.)												
ESPECIFIQUE: _____												
_____												
_____												
FAIXA ETÁRIA:				SEXO:				PROCEDÊNCIA:				
<input type="checkbox"/> - de 14 anos				<input type="checkbox"/> masculino				<input type="checkbox"/> São Luís				
<input type="checkbox"/> De 14 a 25 anos				<input type="checkbox"/> feminino				<input type="checkbox"/> Interior do Maranhão				
<input type="checkbox"/> + de 25 anos								<input type="checkbox"/> Outros Estados				
								<input type="checkbox"/> Estrangeira				
PERÍODO DA PESQUISA:												
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	

hfc/.

